

Usa a Presidência em causa própria

Temer recorre contra Supremo para incluir corruptos em indulto

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.615 16 a 20 de Março de 2018



Vazamento da Anglo American envenena água em Minas Gerais

Múltinacionais na mineração são grave ameaça ao meio-ambiente

Ao menos 300 toneladas da "polpa de minério", mistura de minério de ferro (70%) e água (30%) foram lançados no ribeirão Santo Antônio e no Rio Casca, na zona da Mata mineira após o rompimento do Mineroduto Minas-Rio, da inglesa Anglo American. O rompimento é mais uma das

tragédias ambientais causadas pela exploração desenfreada de nossos minérios por multinacionais. Ele acontece após o envenenamento de igarapés do Pará pela norueguesa Norsk Hydro e a onda de lama da mineradora Samarco, que matou 19 pessoas em Mariana, Minas Gerais. **Pág. 4**

Temer desiste de divulgar extratos bancários porque não sabe explicar gastos

Nove dias após comunicar que iria, como resposta à quebra de seu sigilo bancário pelo STF, divulgar seus extratos para a imprensa, Temer anunciou que desistiu. Não vai mais divulgar extrato algum. Portanto, a Polícia

Federal, o Ministério Público e a Justiça terão que analisar as contas que Temer não sabe explicar. A quebra de sigilo é para investigar a propina que auferiu da Rodrimar para emitir o indecente "decreto dos portos". **Página 2**

Lula exagera na bajulação a Temer e defende até Cristiane Brasil para pasta do Trabalho

Em livro, a ser lançado, Lula voltou a afirmar que Temer foi vítima de uma tentativa de golpe. "Sejamos francos: o que tentaram fazer com Temer?", indagou o petista. Segundo ele, foi tudo uma armação de juizes e da mídia

contra o peemedebista. Mas ele foi além na bajulação a Temer: considerou um absurdo o que fizeram com a deputada Cristiane Brasil. "Como é possível que um presidente não possa escolher um ministro?", defendeu Lula. **Página 3**

Prefeitura de SP ataca servidores para garfar 7% dos seus salários

Os professores e funcionários da rede municipal foram recebidos com cassetetes e bombas de efeito moral ao tentarem acompanhar na Câmara de Vereadores de São

Paulo o projeto do prefeito Dória (PL 621/2016), que sobe a contribuição previdenciária de 11% para 14% e cria uma contribuição complementar que varia de 1% a 4%. **Página 2**



Beto Barata - ABr

Reprodução

Quadrilha do Planalto faz ameaças falsificadas contra a Justiça e a PGR

Todos os ratos da República esgarçam-se em berros contra a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, que impediu Temer de indultar os ladrões do dinheiro público. De Temer a Lula, do baderneiro Marun aos bem-comportados lulistas, todos

reclamam porque o STF, confirmando decisão anterior de sua presidente, Carmen Lúcia, decidiu que "indulto não é nem pode ser instrumento de impunidade. Indulto não é prêmio ao criminoso nem tolerância ao crime. Nem pode ser ato de benemerência ou complacência com o delito". **P 3**



A cidade de Rio Casca (MG) está sem água, após a contaminação de manancial



Pedro França - AS

Gilmar Mendes barra prisão de 4 condenados em 2ª instância

O ministro Gilmar Mendes, do STF, barrou liminarmente a prisão de uma quadrilha condenada por corrupção ativa e falsificação de papéis públicos em investigação iniciada em 2004. Os quatro réus foram condenados em 2ª instância, no âmbito da Operação Catuaba. **Pág. 3**



Presidente do PMDB vira réu por corrupção

Por unanimidade da 1ª Turma do STF, o presidente nacional do PMDB e líder do governo Temer no Senado, Romero Jucá (RR) virou réu por corrupção e lavagem de dinheiro, ao receber propina da Odebrecht para beneficiar a empreiteira em duas MPs. **P 3**

Zelotes: juiz aceita denúncia de que Mantega vendeu decisões do Carf

O ex-ministro Guido Mantega tornou-se réu no âmbito da Operação Zelotes por favorecer o Grupo Cimento Penha no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). **Pág. 3**

Trump nomeia a Rainha da Tortura para dirigir CIA

Temer desiste de mostrar extratos bancários porque “valores são pequenos”

No último dia cinco, após o STF quebrar o seu sigilo bancário, nas investigações sobre a propina que auferiu para emitir o indecente “decreto dos portos”, Temer declarou, em nota oficial, que solicitaria “ao Banco Central os extratos de suas contas bancárias” e daria “à imprensa total acesso a esses documentos”.

Dois dias depois, o Banco Central informou que bastaria Temer imprimir os seus extratos bancários e distribuí-los à imprensa.

No dia 10 – portanto, cinco dias após anunciar que distribuiria cópias de seus extratos à imprensa – alguns repórteres indagaram no Planalto quando teriam acesso a eles. A resposta da assessoria de imprensa de Temer foi que “não houve qualquer alteração na disposição em divulgar os extratos bancários. Assim que possível, serão divulgados”.

No dia seguinte, Temer declarou que “ia avaliar” com seu advogado se divulgaria ou não seus extratos.

Mais alguns dias, e soube-se que ele tinha feito “uma análise inicial de suas contas” e mostrara “preocupação com a divulgação à imprensa” por causa dos “valores pequenos”.

Seria a primeira vez que alguém, que teve o sigilo bancário quebrado, ficaria preocupado porque os valores em suas contas são “pequenos”.

Na quarta-feira, nove dias depois do anúncio de Temer, ele desistiu de divulgar os extratos à imprensa.

Uma dessas fontes do Planalto que sempre falam com a Globo News, declarou que Temer pretendia dizer que não podia divulgar os extratos para a imprensa porque “só o ministro Barroso poderia autorizar a divulgação, já que se trata de informações sigilosas”.

Alguém poderia perguntar, ao ouvir uma história dessas, se Temer é mais vigarista que imbecil ou mais imbecil que vigarista.

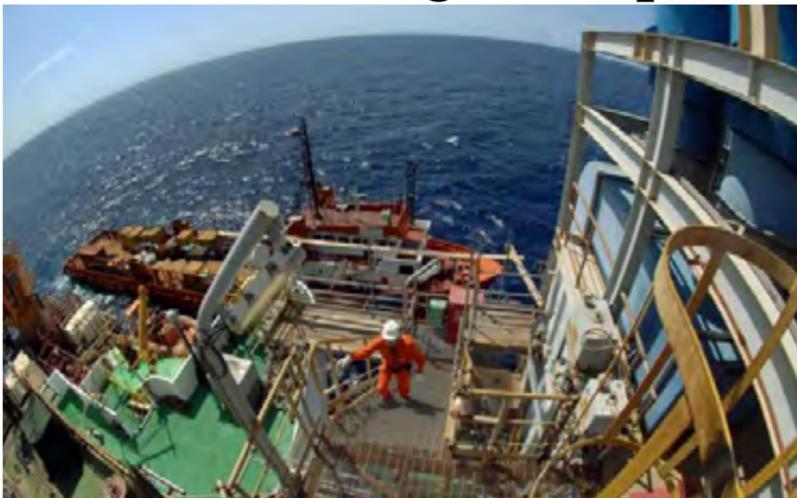
Como os extratos são das contas de Temer, sua divulgação, obviamente, não depende de autorização alguma, exceto a do próprio Temer. E não foi Barroso que anunciou a distribuição dos extratos para a imprensa.

Mas, disse outra “fonte”, o problema é que Temer “não tem como explicar gastos dos quais não se recorda”.

Como se o que ele não consegue explicar fosse o que não se recorda...

C.L.

Fernando Siqueira: “megaleilão é uma entrega explícita do pré-sal”



Divulgação

“Já havia sido negociado que a Petrobrás iria produzir o excedente em regime de partilha. Além disso, é petróleo já mapeado, sem risco nenhum para quem produzir. Apenas lucro”, afirmou o vice-presidente da Aepet

Em mais um movimento para entregar o pré-sal para o cartel internacional do petróleo, o governo Temer e os entreguistas aboletados na diretoria da Petrobrás estão em vias de assinar um acordo de revisão do contrato de cessão onerosa de 5 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe) no pré-sal, assinado em 2010, permitindo que sejam colocados em leilão, ainda este ano, de 6 bilhões a 15 bilhões de barris de petróleo excedentes encontrados pela estatal nas áreas destinadas à cessão onerosa.

“Esse chamado megaleilão do excedente da cessão onerosa é um absurdo. Já havia sido negociado que a Petrobrás iria produzir o excedente em regime de partilha. Além disso, é petróleo já mapeado, sem risco nenhum para quem produzir. Apenas lucro. Esse leilão é uma entrega explícita do pré-sal”, afirmou o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

A estimativa do óleo excedente é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de novembro de 2017, baseada em estudo feito pela consultoria Gaffney, Cline & Associates (GCA), encomendada pela própria agência.

Em reunião na sexta-feira passada (9), segundo reportagem do Valor Econômico, houve entendimento sobre a abrangência dos valores que a União deve pagar à estatal e a forma de leilão o excedente. Na reunião, estavam presentes o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, o secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia, Paulo Pedrosa, e a diretora-executiva de Exploração e Produção da Petrobrás, Solange da Silva Guedes. Foi assinado um “termo de confidencialidade” sobre o acordo.

A Lei nº 12.276/2010 autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobrás, dispensada a licitação, o direito de explorar e produzir petróleo e gás natural em seis áreas definitivas - Florim, Franco (atual Búzios), Sul de Guará, Entorno de Iara, Sul de Tupi e Nordeste de Tupi - no pré-sal e, eventualmente, em um bloco contingente (Peroba), caso o referido volume não pudesse ser alcançado nos blocos definitivos, não podendo exceder a produção de 5 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe) de petróleo. Pelo o exercício desse direito, a Petrobrás pagou à União US\$ 42,533,327.500,00 (R\$ 74.807.616.407,00).

Dos mais de R\$ 74,8 bilhões recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional, R\$ 42,9 bilhões foram utilizados pela União para aumentar a sua participação acionária na estatal, passando de 39,8% para 48,3% do capital total. Já a parcela restante (R\$ 21,9 bilhões) foi para o ralo do superávit primário do governo central em 2010, de R\$ 78,97 bilhões.

Fernando Siqueira observou que já “nos 2º e 3º



Sindicato-LP

“Aliança” é com o cartel

leilões do pré-sal ficou demonstrado o favorecimento às multinacionais. Por exemplo, o campo Sul de Gato do Mato, na Bacia de Santos, o bônus foi fixado em R\$ 100 milhões e óleo lucro foi de apenas 11,53% e ficou com a Shell (80%), que será operadora, e a Total (20%). O campo de Alto de Cabo Frio Oeste, na Bacia de Campos, teve bônus de R\$ 350 milhões e óleo lucro de 22,87%, que ficou com a Shell (55%), Qatar Petroleum (25%) e a chinesa CNOOC (20%). Estão entregando o óleo para os bandidos”.

Em 2014, o CNPE aprovou a contratação direta da Petrobrás para a produção do volume excedente em quatro áreas (Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi), em regime de partilha. A Companhia pagaria R\$ 2 bilhões em bônus de assinatura e anteciparia R\$ 13 bilhões em excedente em óleo entre 2015 e 2018. A época, a ANP estimava que essas áreas tinham entre 9,8 e 15,2 bilhões de barris de óleo equivalente excedente. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu o acordo e determinou que fossem feitos ajustes no contrato original. O relator do processo no tribunal foi o notório José Jorge, ministro de Minas e Energia em 2001, ano do apagão.

CARTEL

Além da entrega do pré-sal para os múltis, o governo está de olho no bônus que arrecadar no megaleilão, estimado em uma multibilionária cifra entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões. Já o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, disse que em relação ao megaleilão a companhia será “extremamente seletiva”. Ou seja, a maioria das áreas vai ficar mesmo com as empresas do cartel do petróleo.

Contudo, os entreguistas querem ir além do leilão do excedente. O deputado governista José Carlos Aleluia (DEM-BA) apresentou, em outubro do ano passado, um projeto de lei para permitir que a Petrobrás possa vender uma fatia de até 70% das áreas da cessão onerosa da Bacia de Santos.

“É um projeto que cai como uma luva para a política de desinvestimento do Parente. Aliás, segundo o presidente da Petrobrás, agora não se trata de venda de ativos, mas de ‘aliança estratégica’, eufemismo para o entreguismo”, afirmou Fernando. Como a “aliança” feita com a francesa Total, com a cessão de direitos dos campos de Lapa e Iara, no pré-sal da Bacia de Santos.

VALDO ALBUQUERQUE

Molon denuncia manobra do governo na Câmara para tentar privatizar Eletrobrás

A Câmara dos Deputados instalou na última terça-feira (13) a comissão especial que irá analisar o projeto de privatização da Eletrobrás. O governo Temer colocou o deputado Hugo Motta (PM-DB-PB) para presidir a comissão e o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) como relator do projeto. A Eletrobrás é responsável por um terço da geração de energia do país e dispõe de um patrimônio avaliado em R\$ 46,2 bilhões, além de um total de ativos que somam a R\$ 170,5 bilhões, segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME). O governo espera obter com a venda cerca de R\$ 12 bilhões para entregar ao capital financeiro, através do pagamento de juros aos bancos.

Segundo o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a base do governo atropelou o Regimento Interno da Casa para acelerar o processo de entrega da Eletrobrás ao capital internacional. O texto do Projeto de Lei (PL 9463/18), que visa a privatização da estatal, foi encaminhado ao Congresso Nacional no fim de janeiro. Os entreguistas do Palácio do Planalto almejam colocar em

votação o PL no mês de abril. “Nós vamos à Justiça! Existe uma regra aqui que diz que comissões como essa tem que ter metade dos membros de comissões permanentes e essas comissões [permanentes] ainda não foram instaladas. Portanto, a instalação dessa comissão só poderia ocorrer mais ou menos daqui a um mês e o governo tem pressa para entregar o patrimônio público para os estrangeiros”, afirmou o parlamentar, esclarecendo que os parlamentares contrários à privatização da Eletrobrás irão ingressar com um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal para questionar o rito adotado na instalação da comissão.

Pelo texto, a privatização ocorrerá por meio do lançamento de novas ações no mercado até que a quantidade de transforme a União em acionista minoritária. Para tentar passar o projeto no Congresso, o governo colocou uma norma no PL, que proíbe os novos acionistas de acumular mais de 10% do capital da empresa. Segundo o governo este dispositivo preservaria interesses estratégicos nacionais.



Deputado Molon (PSB/RJ)

Porém, esta iniciativa não evita a formação de um cartel estruturado por empresas, que juntas se tornariam acionista majoritária da Eletrobrás. Pois, bastam meia dúzia de monopólios estrangeiros, ou as “multinacionais brasileiras” - as chamadas campeãs, como afirmava a ex-presidente Dilma Rousseff, as mesmas que assaltaram a Petrobrás e outras estatais - para os “interesses estratégicos nacionais”, ditos pelos defensores desta medida, irem para o ralo, ou melhor, virarem malas com rodinhas carregadas por assessores da Presidência.

Vendas no varejo estão 8% abaixo do pico de 2014

As vendas no varejo, importante indicador econômico para medir o consumo das famílias, continua sinalizando que a crise está longe de ser superada.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na terça-feira (13), o volume de vendas do que o instituto considera “varejo ampliado” (que inclui, além das mercadorias primárias e secundárias, as vendas de automóveis e material de construção) estacionou de dezembro para janeiro apresentando variação negativa de -0,1%. Em dezembro, o volume já havia recuado -0,4%.

Além disso, apesar da venda do comércio varejista restrito (excluindo automóveis

e material de construção) ter variado +0,9% em janeiro em relação a dezembro, com ajuste sazonal (descontando o período natalino, por exemplo), o patamar atual de vendas do setor está 8,1% abaixo do nível de outubro de 2014. No mês do Natal, as vendas do varejo restrito também caíram (-0,5%).

De dezembro para janeiro, houve queda de 2,3% nas vendas de móveis e eletrodomésticos - apesar de sazonalmente este período ser favorável para a venda desses produtos por conta do pagamento do 13º salário. Artigos farmacêuticos, médicos e de perfumaria também tiveram queda expressiva na passagem de um mês para o

outro: -2,5%. As vendas de combustíveis e lubrificantes caíram -0,3% no período; e, de material de construção, -0,2%.

Já nos super e hipermercados, houve uma alta nas vendas de 2,5%, após cair no último mês do ano passado (-0,6%), sinalizando que o brasileiro está concentrando seus gastos - com a renda arrojada, tarifas nas alturas e o desemprego, na alimentação.

Ao contrário do que querem fazer crer, o governo e certos “analistas”, de que a inflação está caindo, basta ver os recentes aumentos nos transportes, nos combustíveis e nas contas de luz, muito além do índice da inflação oficial (IPCA), anunciadas esta semana pela Anel.

Vivo eleva receita da múlti Telefônica e se recusa a pagar multas no Brasil

A Telefônica Brasil, dona da Vivo, anunciou nesta semana, que vai investir cerca de R\$ 24 bilhões, durante o período de 2018 a 2020, na expansão e qualidade de suas redes móvel e fixa.

O anúncio ocorre após a subsidiária, da multinacional espanhola Telefônica, ter desistido de forma leviana da negociação dos termos do Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pela a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que propunha a troca de multas de 2,7 bilhões por “investimentos”. O grupo alegou que não seguira com o TAC, por conta do fato de que grande parte das multas, constantes nos termos do TAC, estavam para prescrever no final de abril.

A prescrição ocorreria por contas da procrastinação do Conselho Diretor da Anatel, em julgar em segunda instância, os recursos dos processos abertos contra a operadora, por ter descumprido regras de atendimento e de qualidade na prestação da telefonia fixa. Para abafar o caso, a direção da Anatel julgou cerca

de duas dezenas de processos que estavam para prescrever, na quinta-feira (8), e condenou a Telefônica a pagar os míseros R\$ 370 milhões. Outros R\$ 30 milhões em processos devem ser pautados nas próximas reuniões do Conselho Diretor da Anatel.

A Agência estima que as multas possam chegar a R\$ 400 milhões. Com os juros e correção monetária pelo não pagamento das multas, a quantia poderá chegar a R\$ 700 milhões em valores atuais.

Na terça-feira (13), a operadora tergiversou ao declarar que não houve desistência por sua parte em relação às negociações com a Anatel, mas que vai continuar questionando as condições do TAC, e assim prolongar ainda mais o não pagamento das multas, por lentidão dos serviços prestados, mau atendimento aos clientes e descumprir as leis que regulam o setor de telecomunicação. Além de impor as tarifas... mais caras do mundo

O TAC bilionário é amplamente criticado por diversos

especialistas da área de telecomunicação, porque se trata de um acordo de implantação de fibra ótica em cidades do país em que a empresa já detém o monopólio do serviço e, portanto, já seria sua obrigação inerente realizar a implantação dessa melhoria.

Voltando à promessa de investimento, a operadora em 2016 já havia anunciado para o triênio (2017-2019) o mesmo aporte financeiro em investimentos, o que não ocorreu, segundo balanço da própria empresa. No ano passado, a Vivo declarou que investiu R\$ 7,998 bilhões do total de cerca de 24 bilhões prometidos, um recuo de 2,3% na comparação com 2016.

Na contrapartida dos investimentos, a Vivo elevou a receita da multinacional no ano passado em 12.552 milhões de euros. Ao todo, a receita do grupo espanhol chegou a 52,008 bilhões de euros, 3,4% de crescimento em comparação ao ano de 2016, conforme o balanço financeiro do grupo espanhol, divulgado no mês passado.

ANTÔNIO ROSA

Juros do Santander no Brasil é 20 vezes maior do que na Espanha

Os juros estratosféricos no Brasil catapultou o lucro do Santander no ano passado. Os juros cobrados aos clientes brasileiros chegaram até 20 vezes mais que aos clientes na Espanha. Assim, o lucro do banco no Brasil em 2017 foi de R\$ 10 bilhões (cerca de 2,5 bilhões de euros), que representaram 26% do lucro mundial do Santander, segundo reportagem do Jornal do Brasil “Santander cobra 1.791% mais” (<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/03/11/santander-cobra-1791-mais/>).

O Santander teve um crescimento de 42%, em relação ao ano anterior, com aumento nas operações de crédito e ganhos em taxas e serviços, estes últimos alcançando R\$ 3,8 bilhões.

Mesmo com a economia brasileira no fundo poço, com au-

mento da miséria, o país virou o “paraíso dos rentistas”.

De acordo com o JB, “Não satisfeito em ter no Brasil a maior rentabilidade de suas operações no mundo, o Santander ainda buscou, em anos recentes, formas não ortodoxas para aumentar seu lucro no país. O instrumento para alcançar esse objetivo é a mesma que originou a lava-jato e foi prática comum entre políticos e empresários brasileiros: a corrupção”.

“O Banco está envolvido em dois processos julgados de forma irregular pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), do Ministério da Fazenda, em R\$ 3,3 bilhões para cada um deles. O Ministério Público e a Polícia Federal acusam o Santander de ter negociado decisões de membros da Receita Federal”, diz o jornal.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp_df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ex-ministro da Fazenda de Lula e Dilma

Mantega vira réu na Justiça do DF

O ex-ministro da Fazenda do governo Dilma Rousseff, Guido Mantega, tornou-se réu no âmbito da Operação Zelotes e passará a responder a uma ação penal pelo favorecimento do Grupo Cimento Penha em julgamento no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão para o qual as empresas recorrem contra multas aplicadas pela Receita Federal. Mantega também foi ministro da Fazenda e Planejamento do governo Lula.

Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), ele beneficiou o empresário Vítor Sandri, amigo do ex-ministro e dono da Cimento Penha, multada pela Receita em R\$ 1,25 milhões, em valores atualizados.

Mantega é acusado por quatro crimes contra a ordem tributária e responderá por patrocinar, “direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”.

A denúncia foi acolhida na segunda-feira (12) pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal. A decisão leva ao banco dos réus – além de Mantega e Sandri – outros 11 acusados por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. O MPF aponta que para livrar a empresa da multa houve pagamento de propina de R\$ 1,25 milhão.

Mantega confessou ter uma conta em banco do exterior de US\$ 600 mil (quase R\$ 2 milhões), alegando ser resultado de uma herança paterna.

Ministro do STF impede que Temer indulte os corruptos



Adriano Machado/Reuters

Decreto de indulto de Temer libera a geral para os corruptos e quadrilheiros

Jucá é réu no STF por receber propina da Odebrecht

Todos os 4 ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que participaram do julgamento, na terça-feira (13), aceitaram a denúncia de corrupção e lavagem de dinheiro do Ministério Público Federal (MPF) contra o presidente nacional do PMDB e líder do governo Temer no Senado, Romero Jucá (RR). Assim, ele se torna réu e vai responder por receber propina da Odebrecht para beneficiar a empreiteira em duas Medidas Provisórias (MP) que tramitaram no Congresso. Segundo o MPF, Jucá pediu propina de R\$ 150 mil à Odebrecht para a campanha eleitoral do filho Rodrigo em 2014, então candidato a vice-governador de Roraima.

Em sua colaboração premiada, o ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht, Cláudio Melo Filho, relatou que a doação foi feita ao diretório do PMDB. Em troca, segundo Melo Filho, a empresa esperava que Jucá garantisse os interesses da empreiteira nas MPs (fazendo emendas), o que aconteceu, segundo Cláudio Melo. Uma das MPs é 651/14.

O subprocurador-geral da República, Juliano de Carvalho, afirmou no julgamento que “há indícios suficientes de que a campanha eleitoral foi financiada em parte pela construtora Odebrecht e por isso Jucá esteve a disposição na tramitação das medidas provisórias”. O ministro Marco Aurélio Melo, relator do

caso, disse que é “ponto incontroverso” a realização de reuniões entre o congressista na condição de líder e o colaborador da Justiça (Cláudio Melo Filho) antes e durante o período no qual se deu o processo retroativo das medidas. Segundo ele, é “indiscutível” a ocorrência da propina disfarçada como doação oficial. Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Alexandre de Moraes votaram com Marco Aurélio. O ministro Luiz Fux esteve ausente da sessão.

O senador é líder do governo Temer no Senado, assim como liderou os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT) e Dilma Rousseff (PT) na Casa. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Em livro, Lula defende Cristiane Brasil

Em livro, a ser lançado, onde diz que está “pronto para ser preso”, o ex-presidente Lula voltou a afirmar que Temer foi vítima de uma tentativa de golpe. “Sejamos francos: o que tentaram fazer com Temer?”, indagou o petista, ao falar da gravação, feita por Joesley Batista, com orientação da Polícia Federal, de uma reunião dele com Temer. O fato da reunião ter sido secreta, feita na calada da noite na garagem do Palácio do Jaburu, com Temer pedindo propina para Joesley, não tem a menor importância para Lula. Segundo ele, foi tudo uma armação de juizes e da mídia contra o peemedebista.

A insistência de Lula em acobertar os crimes de Temer e de defender a legitimidade de sua permanência no governo está levando a militância do PT à beira de um ataque de nervos, afinal, até ontem eles estavam gritando nas redes sociais e blogs lulistas, que Temer era um golpista, um traidor, um safado, etc. Mas, Lula não está nem aí para o que pensam esses petistas e grupos afins. Ele segue seu plano de

tentar selar um acordo com o PMDB, custe o que custar, para se livrar da cadeia e livrar também alguns outros corruptos peemedebistas investigados e condenados pela Lava Jato. Talvez esteja também tentando cavar um indulto de Temer...

As provas escancaradas contra Temer, como sua famosa fala, que o Brasil inteiro ouviu: “tem que manter isso aí, viu”, referindo-se à propina para calar a boca de Eduardo Cunha - que nessa altura estava preso e ameaçava jogar muita coisa no ventilador -, foram desconsideradas por Lula. Nada demais, concluiu. Também as imagens de Rodrigo Rocha Loures correndo pelas ruas de São Paulo com uma mala abarrotada de propina, tudo isso passou a ser considerado por Lula como “mentiras sórdidas”, inventadas por Rodrigo Janot e Joesley Batista contra Temer.

“A sordidez da mentira inventada, a troca de conseguir mais um mandato para Janot e de levar o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a ser presidente da República foi uma coisa sórdida”,

afirmou o ex-presidente, dando aval à versão de Temer. “E ali”, acrescentou ele, “sou obrigado a reconhecer historicamente que o Temer soube se impor”. Ou seja, Lula elogia a “astúcia” de Temer, que comprou meio mundo no Congresso para livrá-lo. O ex-presidente acrescenta também que o problema não é o Temer. “O problema não é o MDB de Temer, mas sim alguns integrantes do partido”, disse Lula.

Ao final, para deixar ainda mais desnorteada a sua trupe de seguidores, Lula considerou um absurdo o que fizeram com a deputada Cristiane Brasil, indicada por Temer para o Ministério do Trabalho. Ela foi impedida de assumir porque tinha sido condenada pela Justiça Trabalhista. Não tinha assinado a carteira de trabalho de seus funcionários. “Como é possível que um presidente não possa escolher um ministro?”, indagou Lula, mostrando indignação com os advogados que impediram a posse no STF. Aliás, Lula também criticou o Judiciário por isso.

SÉRGIO CRUZ

João Goulart Filho homenageia Jango no Rio

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL), esteve no Rio de Janeiro na terça-feira (13), onde participou de várias atividades políticas, caminhou pelas ruas do Saara, deu entrevistas à Rádio Saara e ao jornal Monitor Mercantil, e participou da homenagem a seu pai pelos 54 anos do famoso Comício da Central do Brasil.

Ele foi recebido pelos dirigentes e pela militância do PPL do Rio, além de diversas lideranças populares, fez uma caminhada pelas ruas centrais da cidade e participou do ato simbólico na Central do Brasil, onde, ao lado do busto de seu pai, leu o discurso feito por Jango para mais de 250 mil pessoas em 13 de março de 1964. O pré-candidato lembrou que, “em seu discurso, Jango defendeu as reformas de base que transformariam o Brasil



Divulgação/PPL

54 anos depois, ao lado do busto de seu pai num país mais soberano, mais livre, mais democrático e mais justo”.

João Goulart Filho afirmou que sua pré-candidatura ao Planalto representa “a retomada das reformas de base defendidas por Jango e que foram interrompidas pelo golpe de 1964”. Ao iniciar a leitura simbólica do discurso de seu pai, o pré-candidato se emocionou ao renovar ali o seu compromisso de retomar a luta para transformar o Brasil numa grande nação, o que era a grande meta do ex-presidente Jango. “É em homenagem a ele, 54 anos depois, que vamos, aqui ao lado de seu busto, ao lado do

compromisso das reformas, ao lado do nacionalismo brasileiro, relevar aquele tão memorável discurso que o levou ao exílio, que levou o Brasil à desesperança e que levou o Brasil a não poder fazer as reformas”, disse ele.

Na animada caminhada pelo centro do Rio, seguido por seus apoiadores que portavam centenas de bandeiras do “Pátria Livre” e bandeiras brasileiras, João Goulart Filho recebeu os cumprimentos dos cidadãos que por ali transitavam. Quando alguém ficava sabendo que ali estava o filho de Jango, muitos queriam abraçá-lo e tirar fotos com ele.

Babando de raiva, quadrilha do Planalto bravateia, ataca o ministro Luís Barroso e diz que vai recorrer

Em certos momentos, a própria definição dos campos – ou tendências políticas – é suficiente para que percebamos qual é o conteúdo político (e até moral) dessas tendências.

Quando se juntam o honrado Temer e o honesto Lula, o sutil Marun e os desinteressados satélites do lulismo, assim como toda a ganga integérrima dos meios políticos, contra o STF – especialmente contra os ministros Barroso e Fachin – e a Procuradoria Geral da República, é fácil saber o que está em jogo.

Assim é o caso do indulto que Temer quer conceder aos condenados por corrupção e lavagem de dinheiro. O baderneiro Marun – cujo grande momento na vida foi como chefe da tropa de choque de Eduardo Cunha – falou até mesmo em impeachment de Barroso. Um mandado bloqueio lulista berrou que “ao reescrever indulto presidencial, Barroso violou a Constituição”.

Ou seja, Temer, ao usar um indulto de Natal para estabelecer a impunidade dos corruptos, não violou a Constituição. Quem violou a Constituição, para essa malta corrupta, foi Barroso, exatamente porque apontou a inconstitucionalidade – e imoralidade – do indulto aos ladrões do dinheiro do povo.

É forçoso lembrar o grande Rui Barbosa, no Senado: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto. Essa foi a obra da República nos últimos anos”.

Porém, há uma diferença decisiva entre a situação da época de Rui e a atual: a indignação popular, muitas vezes expressa por procuradores, juizes – e, claro, por policiais competentes.

O decreto de indulto – barrado por decisões da presidente do STF, Carmen Lúcia, e do ministro Luís Roberto Barroso – é absolutamente depravado. Até as penas de multa e de devolução do roubado são “perdoadas”. Quanto às de prisão, basta o corrupto ter cumprido 1/5 da pena – seja de prisão ou de mera detenção domiciliar – para estar “perdoado” e poder usufruir do que amealhou com seus crimes.

Resumindo a história: em meados de 2017, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), como faz todos os anos, enviou à Presidência da República a minuta do decreto de indulto de Natal. Nela, explicitamente, era vedada “a concessão de indulto e de comutação de penas para os crimes de peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, associação criminosa”. Além disso, era vedado “o indulto da pena de multa, já que as sanções pecuniárias costumam ser componente essencial da condenação nesse tipo de delito [corrupção]”.

Como escreveu o ministro Barroso: “o perdão de multas e condenações pecuniárias não beneficia a grande massa carcerária de condenados por tráfico ou pequenos delitos. Tem, pelo contrário, destinatários certos: pessoas que se locupletaram do dinheiro público, que representam percentual mínimo dos presos brasileiros e que possuem perfeitas condições de saldar sua dívida (também financeira) com a sociedade”.

Porém, foi exatamente aquilo que a proposta de decreto vedava, que foi acrescentado por Temer & corrala no texto final.

Essa gracinha – esse desrespeito ao povo – que o PT está, agora, defendendo.

A Procuradoria Geral da República entrou, então, no STF, contra o decreto de Temer – isto é, contra a inclusão dos corruptos, dos ladrões de dinheiro público, no indulto.

O decreto era tão desavergonhado que indultava até os corruptos que ainda estão em processo, sem condenação definitiva, sem

que a execução de sua pena tivesse sequer começado. Pela primeira vez na história do país, um decreto de indulto de Natal soltava quem estava solto, quem nem ao menos tinha cumprido uma parte da pena. Era a impunidade preventiva.

Com a Procuradoria Geral entraram, também, contra o indulto aos corruptos, as Defensorias Públicas da União, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de diversos outros Estados; a Associação dos Advogados do Rio de Janeiro; a Associação dos Magistrados Brasileiros; o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; o Instituto de Garantias Penais; e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Como era tempo de férias judiciárias, a questão foi enviada para a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF, que suspendeu o decreto, apontando o “desvio de finalidade”. Temer havia se aproveitado de um indulto de Natal para beneficiar a sua própria categoria, os corruptos.

Disse a ministra Carmen Lúcia, em sua decisão: “**indulto não é nem pode ser instrumento de impunidade. Indulto não é prêmio ao criminoso nem tolerância ao crime. Nem pode ser ato de benemerência ou complacência com o delito**”.

A decisão de Carmen Lúcia foi confirmada pelo relator designado para a ação contra o indulto de Temer, Luís Roberto Barroso, que nota, também, que nem mesmo é definido, no decreto, a que tamanho da pena se aplica o benefício: “[a medida] abre margem para que, na prática, pessoas condenadas a penas graves – como 30 anos por lavagem de dinheiro e peculato – tenham 80% da punição perdoadas de forma automática pelo decreto presidencial. Trata-se de um nível de leniência absolutamente incompatível com os deveres de proteção que são exigidos em um Estado Democrático de Direito”.

Barroso demonstra que o decreto fere quatro vezes a Constituição, e frisa: “a inclusão dos referidos crimes no perdão presidencial é desprovida de legitimidade democrática. A medida não tem legitimidade corrente, dada a evidente ausência de correspondência entre o ato presidencial e a vontade da sociedade”.

IDENTIFICAÇÃO

Os comentários aparecidos na mídia sobre o isolamento de Temer parecem procedentes. Não se trata, evidentemente, de sua impopularidade – isto é, dos 97% ou 98% da população que querem vê-lo pelas costas ou na cadeia. Esses comentaristas não estão, em geral, preocupados com isso.

Trata-se dos meios políticos. O sujeito está tão isolado que seu único defensor é Lula. E não pense o leitor que estamos exagerando. Na recente e gigantesca entrevista, que Lula pretende que seja sua defesa, diz ele que Temer é um injustificado, porque não aconteceu nada no encontro furtivo com Joesley Batista, da JBS, na densa noite do Jaburu. Diz Lula:

“Sejamos francos: o que tentaram fazer com Temer... A sordidez da mentira inventada... foi uma coisa sórdida. E ali sou obrigado a reconhecer historicamente que o Temer soube se impor” (ver matéria nesta página).

Aqui temos, abertamente, o ponto de identificação entre Lula e Temer. Simplesmente, a corrupção. Tanto assim que Lula não vê nada demais no encontro com Joesley, em que uma propina é mencionada e outra combinada. Afinal, ele mesmo era um receptor das propinas do dono da JBS.

Por isso é que ele acha Temer um personagem “histórico” e protesta contra uma suposta “mentira inventada” (Lula deve ser a favor das mentiras “não inventadas”).

Lula vê Temer como sua própria imagem no espelho. E, nisso, tem um bocado de razão.

CARLOS LOPES

Senador Randolfe: “é inadmissível a ameaça de Marun contra um ministro do Supremo”

O senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) protocolou uma representação na Procuradoria-Geral da República contra o ministro da Secretaria-Geral, Carlos Marun, que ameaçou, mesmo blefando, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). Barroso barrou trechos do indulto de Natal assinado por Temer que favorecem os corruptos e bandidos do colarinho branco. “Considero inadmissível a

ameaça do ministro Marun contra um ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso é uma grave ameaça não somente ao ministro do STF. É uma ameaça à Justiça”, declarou o senador ao protocolar a representação.

“Se isso se torna regra, ninguém mais vai poder ser investigado no Brasil. Qualquer criminoso vai se sentir à vontade para ameaçar o juiz”, acrescentou, chamando Marun de “capacho de Temer”.

Gilmar Mendes barra prisão de réus condenados por corrupção e falsificação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), impediu por meio de liminar (decisão provisória) a execução da pena de quatro réus condenados em 2ª instância. A decisão foi tomada dia 5 de março em habeas corpus que beneficiou apenas no âmbito da Operação Catuaba – investigação sobre sonegação fiscal no setor de bebidas. Os réus estavam detidos desde junho do ano passado.

Daniel dos Santos Moreira, Eliezer dos Santos Moreira, Raniery Mazzilli Braz Moreira e Maria Madalena Braz Moreira foram condenados pelos crimes de quadrilha, corrupção ativa e falsificação de papéis públicos em investigação iniciada em 2004.

Após o início do cumprimento da pena, entraram com habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 5ª Região e no Superior

Para Ciro, ‘PT facilitou a chegada de quadrilheiros no poder e pôs Temer como vice-presidente’

O pré-candidato do PDT à presidência da República, o ex-ministro e ex-governador Ciro Gomes afirmou na segunda-feira (12) que “jamais assinaria” a Carta ao Povo Brasileiro, documento com compromissos ao mercado apresentado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva na disputa presidencial de 2002.

“Eu jamais assinaria aquela carta. Aquilo subalterniza a autoridade do presidente. Elege no lugar do povo uma força que não deveria prevalecer sobre o conjunto da população”, disse. Ele afirmou que os interesses do mercado financeiro devem ficar subordinados aos da classe trabalhadora e do setor produtivo.

Avaliando o cenário político, o pedetista comentou não acreditar que Lula será candidato. “Não consigo visualizar Lula candidato”, afirmou. “Com isso minha candidatura

Tribunal de Justiça (STJ). Os pedidos foram negados.

Mendes citou dois habeas corpus julgados anteriormente por ministros do Supremo, nos quais a execução provisória da pena foi suspensa.

Um do ministro Dias Toffoli, que votou no sentido de que a execução da pena deveria ficar suspensa com a pendência de recurso especial ao STJ, mas não de recurso extraordinário ao STF. O ministro citou ainda julgamento de um habeas corpus em 2017, no qual ele manifestou sua “tendência” em acompanhar Toffoli no sentido de que a execução da pena deve aguardar o julgamento do recurso especial pelo STJ.

Segundo Gilmar Mendes, seu entendimento aplica-se no caso dos alvos da Operação Catuaba, uma vez que há um recurso especial pendente de apreciação perante o STJ.

Para Ciro, ‘PT facilitou a chegada de quadrilheiros no poder e pôs Temer como vice-presidente’ cresce muito”, disse. “Se Lula sai eu cresço”.

Em debate na Casa do Saber, em São Paulo, Ciro prometeu, se eleito, tributar progressivamente lucros e dividendos e heranças, revisar o SUS e tornar mais rígida a legislação sobre o crime de lavagem de dinheiro.

Na última quarta (14), o pré-candidato criticou o modelo econômico adotado pelo PT além de facilitar a “chegada de quadrilheiros ao poder, a ponto de colocar Michel Temer como vice”. Ele também negou que pediu ao ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad que fosse seu vice.

“Eu nunca procurei o Haddad para ser meu vice. Me perguntaram o que achava e disse que seria um dream time. Nunca esteve na minha cogitação que seria meu vice. O PT o lançará candidato e é natural que o faça”, afirmou.

MG: Rompimento de mineroduto da Anglo American causa danos

Maior duto de minério do mundo, transporta ferro para o Porto do Açu, no Rio de Janeiro. Ministério Público estadual pediu o bloqueio de R\$ 10 milhões

Na última terça-feira (13), o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) pediu à Justiça o bloqueio de R\$ 10 milhões da mineradora inglesa Anglo American. A medida pede a reparação emergencial por conta do rompimento de uma tubulação do Mineroduto Minas-Rio, na área município de Santo Antônio do Grama, na Região da Zona da Mata, em Minas Gerais.

Ao menos 300 toneladas da "polpa", mistura de minério de ferro (70%) e água (30%) vazaram, na última segunda-feira (12), depois do rompimento do duto.

Considerado como o maior do mundo, o mineroduto Minas-Rio liga as áreas de extração em Minas Gerais ao Porto de Açu, no Rio de Janeiro.

Por meio de nota, o MP-MG explicou que "o objetivo [do bloqueio] é garantir a reparação e indenização dos danos sociais e ambientais causados". "Além disso, [o MP] quer que a Anglo seja obrigada a, no prazo de 72 horas, realizar a contenção e posterior retirada e destinação ambientalmente adequada dos poluentes", destaca a promotora.

Já o Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para investigar as causas e os estragos causados ao meio ambiente pelo vazamento em uma tubulação. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) fez um sobrevoo na área impactada pelo rompimento para avaliar as características e a extensão dos danos, e técnicos do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também estão em Santo Antônio do Grama para avaliar os danos à natureza.

A Semad disse que a direção da Anglo American informou ao órgão ambiental que o incidente provocou uma despressurização na linha tronco, projetando polpa de minério para o acesso municipal e para o leito do ribeirão.

MANANCIAIS

O impacto do vazamento ainda não foi completamente dimensionado, mas, de acordo com a Semad, cerca de sete quilômetros dos rios Santo Antônio e Rio Casca foram afetados pela polpa de minério.

Os técnicos da secretaria verificaram ainda que os materiais mais pesados da polpa estão sedimentados no leito do Ribeirão Santo Antônio, que passa pela cidade de Santo Antônio do Grama. Entretanto, outra camada mais fina da polpa se dirigiu para o leito do Rio Casca e foi diluída na água. Uma equipe formada por setores de Fiscalização e do Núcleo de Emergência Ambiental (NEA) continuam monitorando a situação nos mananciais.

A captação de água foi interrompida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

Em nota, a Semad ainda informa que "medidas administrativas estão sendo determinadas para cessar o vazamento, manter o monitoramento da situação e garantir o abastecimento de água à população".

INDENIZAÇÃO

Dias antes do rompimento do mineroduto, o MP-MG ajuizou uma Ação Civil Pública contra a mineradora britânica, por danos morais coletivos e danos sociais causados à população de Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas, devido à implantação do projeto Minas-Rio.

O MP-MG pede que a Justiça condene a empresa a

pagar R\$ 400 milhões, destinados a reparação dos danos. Segundo a Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro, a instalação e a operação do projeto Minas-Rio, que tem uma extensão total de 529 km, distribuídos em 32 municípios nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, provocaram uma ruptura nas formas de viver e de agir das pessoas e comunidades.

A ação aponta que as obras de implantação do empreendimento impactaram o acesso e o fornecimento de água, tornando-a escassa e inapropriada ao consumo humano e animal. Relatos mostram que isso ocasionou em famílias e produtores rurais falta de perspectiva para continuarem suas atividades no campo.

Para funcionar, a mina usaria 2.500 metros cúbicos de água limpa por hora, o que seria suficiente para abastecer uma cidade de 220 mil habitantes. Além disso, cursos d'água, que antes eram utilizados para atividades culturais e de lazer, agora estariam poluídos ou fechados ao acesso da população.

Além dos R\$400 milhões para ressarcir pelos danos morais e sociais coletivos, o MPMG pede na ação que a Justiça obrigue a Anglo American a contratar uma instituição especializada em Direitos Humanos para realizar, por no mínimo 10 anos, o monitoramento das atividades da empresa na região.

EIKE E BNDES

A MMX, antiga dona do projeto Minas-Rio, foi uma empresa construída por Eike Batista, alegria dos governos petistas, em parceria com Anglo American. Em 2008, com a falência de Eike, a Anglo American comprou o projeto por US\$ 5 bilhões. Na época, a britânica já tinha 50% do terminal de minério de ferro do Porto de Açu, em São João da Barra (RJ), por onde o minério seria escoado.

Nos anos iniciais, os empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o projeto de construção do "Superporto Sudeste", chegaram a R\$ 1,8 bilhão, equivalente a 75% do investimento total no projeto, orçado na época em R\$ 2,4 bilhões. A ideia é que o porto tivesse capacidade de escoar, em uma primeira fase, 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Em 2014, ano em que o terminal entrou em operação, a Anglo American Minério foi a terceira empresa que mais recebeu empréstimos do BNDES, chegando a R\$ 2,65 bilhões de reais.

MULTINACIONAIS

As tragédias ambientais causadas pela exploração desenfreada dos recursos minerais por empresas multinacionais tem sido recorrentes.

Em fevereiro, a norueguesa Norsk Hydro, que atua na extração de bauxita e na produção de alumínio no município de Barcarena, no Pará. A multinacional lançava os rejeitos da produção, com compostos altamente tóxicos, em igarapés por meio de dutos clandestinos.

No ano de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, causou a maior tragédia ambiental da nossa história. Uma onda de lama de rejeitos que, após matar 19 pessoas, inundou o distrito de Bento Rodrigues, seguiu para o Rio Doce, destruindo os mananciais até a sua foz, no Espírito Santo. A Samarco é uma associação entre a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton.

Até hoje, os crimes da Samarco e de suas proprietárias em Mariana seguem impunes.

CAMILA SEVERO



Multinacional lançou 300 toneladas de "polpa de ferro" nos rios e solo da Zona da Mata de Minas Gerais, mas considera que os danos são pequenos



IBAMA registra o impacto ambiental causado pelo duto da Anglo American

Tarifaço: Aneel anuncia aumentos na energia em RJ, MG, SP e PR

Com o anúncio pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nesta terça-feira (13), de um aumento na energia para os consumidores do Rio de Janeiro, o governo Temer oficializa um novo tarifaço nas contas de luz dos brasileiros. A população atendida pela distribuidora Light sofrerá um reajuste médio de 10,3%.

Já o aumento autorizado para a distribuidora Enel Rio (antiga Ampla), que atende o interior do estado, é ainda maior, em média 21,46%.

A alta começa a valer a partir da próxima quinta-feira (15). Para os consumidores industriais da Enel, o aumento será de 19,94%, em média. A Enel Distribuição Rio atende a 3,1 milhões de unidades consumidoras no Rio, uma população de 6,6 milhões de pessoas, distribuídas em 66 municípios fluminenses.

Os consumidores de baixa-tensão da Light irão arcar com um reajuste de 9,09% e aquele que usam o serviço de alta tensão, o aumento será de 13,4%. A Light atende a 3,8 milhões unidades localizadas em 31 municípios do Rio de Janeiro.

A maior parte do aumento nas contas de luz da Light veio do reajuste nos custos de compra de

energia, de transmissão de eletricidade, que inclui uma indenização multibilionária que está sendo paga às empresas pelo consumidor, e de encargos setoriais, tudo isso pago pelos brasileiros.

O governo e as distribuidoras alegam que o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas registrados no ano passado, "também contribuíram para a alta na tarifa em 2018". Segundo eles, sem chuvas, foi preciso acionar mais usinas térmicas (que são mais caras) para garantir o suprimento. O governo e as distribuidoras não se planejaram, tiveram que acionar uma fonte de energia mais cara, para garantir suas obrigações perante os contratos de concessão. Porque são os trabalhadores que arcam com os custos?

O favorecimento dado às distribuidoras pelo governo Temer é evidente em outras medidas, como por exemplo, semana passada, as duas distribuidoras conseguiram regras especiais durante a atuação das Forças Armadas no estado, elas ficaram livres de compensar consumidor por falta de luz em áreas de operação militar.

Na prática, o que ocorre no país inteiro é que a desestruturação programada do setor elétrico pelos últimos governos para os períodos de estiagem, secas e faltas

de chuva, é custeada pelos consumidores.

Além do esforço do governo para que as distribuidoras, em sua maioria já privatizadas, terem seus lucros garantidos. O serviço prestado por elas é de péssima qualidade, caríssimo, não atende nossas demandas, mas seus executivos seguem riquíssimos às custas dos trabalhadores.

A Aneel também aprovou, na terça-feira (13), aumento nas contas de luz do interior de São Paulo, atendidos por distribuidoras do grupo CPFL, que em 2018 foram unificados como CPFL Santa Cruz. Os reajustes podem ser cobrados a partir de 22 de março e variam entre 3,40% chegando até 21,15% (CPFL Moccoca: 3,40%; CPFL Jaguari: 21,15%; CPFL Leste Paulista: 7,03%; CPFL Sul Paulista: 7,5%; CPFL Santa Cruz: 5,32%)

Um levantamento da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) indicou que, entre 2014 e 2017, a tarifa média dos consumidores residenciais acumulou alta média 31,5% no país e que a estimativa é de que, ao final de 2018, o aumento acumulado chegue a 44%.

Dória quer fechar 108 AMAS em São Paulo para melhorar a Saúde

A Prefeitura de São Paulo anunciou que irá fechar 108 Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs).

Segundo a gestão municipal essas unidades serão absorvidas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). A diferença entre elas é que as AMAs são unidades de pronto atendimento para casos de baixa complexidade, enquanto as UBSs são centros médicos com consultas agendadas.

O anúncio vem gerando manifestações da população que teme a superlotação das UBSs e dos prontas socorros de hos-

pitais. "A melhora do sistema de saúde precisa ser discutida. Mas a mudança não pode ser realizada da noite para o dia porque já se gerou uma demanda pelo serviço existente", afirma Marília Louvison, professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), especialista em regulação do Sistema Único de Saúde.

"Também não se pode esperar que profissionais habilitados para atender em AMAs sejam simplesmente aproveitados em unidades básicas", explicou

a professora da Faculdade de Saúde Pública da USP.

As Unidades Básicas de Saúde foram criadas, inicialmente, para realizar atendimentos emergenciais e também agendados. Com o aumento da demanda, as gestões optaram por transferir o pronto atendimento às AMAs.

Incorporar demandas instantâneas às Unidades Básicas de Saúde, sem que elas estejam preparadas para dar respostas emergenciais à população aprofunda a desassistência que é gritante na saúde pública paulistana.

Projeto que institui 'mercado das águas' tramita no Senado

De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o Projeto de Lei (PL) 495/2017, altera a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), "para introduzir os mercados de água" no Brasil. Segundo o texto do PL, o mercado de águas é um "instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos", "para priorizar o uso múltiplo e a alocação mais eficiente dos recursos hídricos, bem como para criar os mercados de água".

Na prática o projeto visa privatizar o uso da água. "Está muito claro: quem tem dinheiro, compra e usa água. Quem não tem, vai passar por dificuldade", critica Fábio Giori, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo (Sindaema).

De acordo com o projeto "os mercados de água são um instrumento de gestão de crises hídricas e funcionam mediante a cessão dos direitos de uso de recursos entre usuários da mesma bacia ou sub-bacia hidrográfica, por tempo determinado".

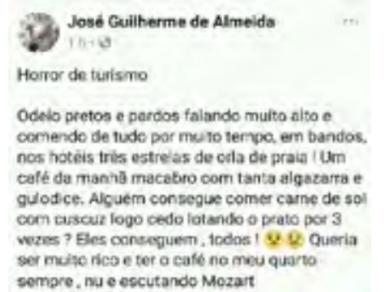
Tasso Jereissati exemplifica uma aplicação prática do mercado de água: "na Bacia do São Francisco, fruticultores poderiam comprar direitos de uso de água de piscicultores. Um grupo de usuários poderia negociar o aumento ou diminuição da vazão de descarga de uma usina hidrelétrica para suprir a demanda em determinado período", argumenta.

A história do país, no entanto, levam a um entendimento oposto da intenção dos senadores com o PLS. O que é preciso é planejamento e investimentos para superar os momentos de crise hídrica. A venda do direito de exploração da água é o aprofundamento do neoliberalismo sobre os recursos hídricos do país. A lógica deixa de ser a necessidade da coletividade e passa a ser quem mais pagar vai levar, mesmo se tratando de recursos vitais para a humanidade, no caso os brasileiros.

O planejamento do uso dos recursos hídricos precisa acontecer, mas não com um mercado de água voltado para o agronegócio e as grandes multinacionais do setor, e sim, um Plano de Segurança Hídrica elaborado a partir de um profundo debate com a sociedade.

Quem produz água hoje no Brasil são os pequenos agricultores, são essas propriedades que preservam as nascentes, a floresta, a mata ciliar, são esses os grandes produtores de água. O PLS 495, no entanto, não menciona esses agentes ambientais. Ao contrário, se ocupa em garantir facilidades para quem consome muito e tem dinheiro para comprar a água.

O PLS nº 495/2017 está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, aguardando emendas e designação de relator. O projeto está sob consulta pública, para manifestar opinião, basta acessar o site do Senado.



Publicação revoltou a comunidade acadêmica do Instituto Federal de SP

Estudantes protestam contra professor racista do IF-SP

Estudantes do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) se mobilizaram para pedir o afastamento e a exoneração de José Guilherme de Almeida, professor e pesquisador na Diretoria de Humanidades do Instituto, devido um comentário racista em publicação nas redes sociais.

Almeida publicou no último sábado (10), um texto sem seu Facebook onde dizia odiar quando "pretos e pardos falavam alto e comiam por muito tempo em bandos, nos hotéis três estrelas de orla de praia".

No mesmo dia a mensagem foi apagada pelo professor, e então, ele ensaiou uma desculpa. Em outro comentário ele citou a falta de "compreensão dos leitores", como forma de tentar se livrar da culpa. Alguns minutos depois, sua conta da rede estava desativada.

Alunos contam que, durante as aulas de Almeida, comentários racistas, além de perseguições por parte do professor, eram recorrentes. "Tive aulas com ele e é torturante. Ele não aceita confronto de alunos contra as coisas que falava em aula. Sempre que havia confronto em sala de aula, os alunos negros sofriam represálias, mesmo que entre os envolvidos também tivessem brancos.", explicou um aluno.

O diretor do campus São Paulo, Luís Cláudio de Matos Lima Júnior, prometeu instaurar um processo administrativo para analisar a possibilidade de exoneração do racista. Em reunião com coletivos negros da instituição, Lima Júnior garantiu que irá encaminhar para a reitoria o pedido de afastamento do professor. O encontro aconteceu nesta segunda-feira (12), um pouco antes dos estudantes realizarem o ato "Manifestação Antirracista", em protesto contra a publicação do professor e usada como símbolo de luta contra o "racismo na academia, o silêncio na direção", e claro, o afastamento de Almeida.

Com um intervalo de uma semana, esse é o segundo caso de racismo no ambiente educacional. Na última sexta-feira (9), um aluno da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) cometeu injúria racial com outro estudante negro, também pelas redes sociais. A vítima era João Gilberto Pereira Lima, 25 anos, que simplesmente estava sentada em um dos bancos da unidade de ensino. O criminoso, qual o nome não foi divulgado, fotografou João e compartilhou em um grupo do aplicativo WhatsApp com a frase: "Achei esse escravo no fumódromo! Quem for o dono avisa!". A vítima registrou boletim de ocorrência por injúria racial e o autor da foto foi suspenso da faculdade por 3 meses.

Correios: “Cortamos direitos ou privatizamos”, diz Ministro

Ministro Gilberto Kassab confessou que empresa poderá ser privatizada

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, confessou nesta terça-feira, 13, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não será socorrida pelo Tesouro e, ao contrário, estão planejando a sua privatização. “Ou os Correios diminuem suas despesas ou vão passar por um processo de privatização”, disse o ministro.

A declaração foi feita no Programa Por Dentro do Governo, da TV NBR, em que o ministro também admitiu que uma série de direitos estão sendo tirados dos trabalhadores. “Os correios estão em uma situação muito difícil. Eu sei que é muito difícil cortar direitos dos trabalhadores, mais triste é você fechar uma empresa porque ela está insolvente”, disse Kassab.

A “situação difícil” em que se encontra a estatal ocorre devido a uma política de desmonte contra a estatal nos últimos anos. De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), ao contrário do que o governo diz, a empresa não onera o governo federal. “E o governo quem tem retirada verbas da empresa, sem retorno, nos últimos anos, como da ordem de R\$ 6 bilhões”. “Com todos os erros e ingerências políticas na administração dos Correios, a direção da estatal promove essas e outras retiradas de direitos dos próprios trabalhadores, responsabilizando-os pelos danos da ECT”.

Conforme auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), parte dos lucros e outros dividendos da empresa repassados para a União, apenas entre 2011 e 2013, chegou a R\$ 2,9 bilhões, causando prejuízos no caixa dos Correios. Em 2011, o caixa era de R\$ 6 bilhões. Em 2013, caiu para R\$ 4,5 bilhões. Em 2015, já estava em R\$ 1,9 bilhão.

“Somente em 2011, foi repassado o valor de R\$ 1,7 bilhões. Assim, verifica-se que já havia a possibilidade de se entrever que essa situação poderia causar um impacto financeiro à empresa. Ainda assim, foram pagos mais R\$ 1,2 bilhões, somando-se os valores repassados em 2012 e 2013”, diz trecho da auditoria.

Além disso, a empresa iniciou um processo de planos de demissões “voluntárias”, ataque aos direitos dos trabalhadores e fechamento de agências. Com menos funcionários, sem concursos públicos e com o sucateamento dos serviços - em todo o país, por exemplo, as entregas passaram a ser feitas apenas em

dias alternados (ver mais na matéria abaixo) - o que se vê é um processo de sabotagem à empresa, com o objetivo de acabar com sua função social.

GREVE

A declaração do ministro de Temer, que também foi ministro no governo anterior de Dilma, se deu durante as mobilizações dos funcionários iniciada na segunda-feira. A categoria havia entrado em greve contra a proposta de Acordo Coletivo enviada pela direção da empresa, que previa o pagamento de mensalidade no Plano de Saúde dos funcionários, e que foi definido durante audiência no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na terça-feira, 13, a Fentect aconselhou a categoria a voltar ao trabalho mas a manter o estado de greve contra a privatização.

“Quando existe uma política deliberada em não realizar concurso público (o último foi em 2011) e uma política constante de Pedidos de Demissões Voluntárias/Incentivadas sem reposição de pessoal, o que se vê é a precarização dos serviços prestados pelos Correios e o adocemente de muitos empregados devido à sobrecarga de serviços pela ausência de mais de 20 mil trabalhadores”, denuncia a federação em informe.

Sobre o julgamento da greve, a decisão do TST especifica que os Correios poderão cobrar parte do valor do plano diretamente na folha de pagamento dos colaboradores, mas não será permitido excluir pais e mães de funcionários dos planos. Para a federação, a decisão do tribunal faz “com que a categoria esteja indignada e se manifeste contrária a tudo que houve ontem (12/03) durante o julgamento do nosso Plano de Saúde”.

A entidade esclarece que “presenciamos um show de manobras por parte de alguns ministros do TST, a começar por trazer ao julgamento uma greve que realizamos no mês de abril do ano passado, em defesa dos nossos postos de trabalho, contra o fechamento das agências, pelo direito de manutenção das férias e contra o DDA (Distribuição Diária Alternada), como se o ‘ciclo’ de julgamento não tivesse encerrado com o fim da greve (...) Assim se sucederam inúmeras quebras de jurisprudências que não só prejudicaram os trabalhadores de Correios, mas abre um precedente perigoso para outras categorias ao não respeitar o ACT 2017/2018 e julgar uma cláusula social (benefício) como sendo de questão econômica, sem que houvesse comum acordo entre as partes”, denunciou.

Sucateamento: entregas passaram a ser em dias alternados em todo o país

Ainda na tentativa de precarizar os serviços da ECT, a direção da estatal decidiu pela implantação de um novo sistema de entrega de correspondências, a chamada Distribuição Diária Alternada (DDA), em todo país. Na prática, os carteiros não passarão mais todos os dias nas localidades e seguirão um calendário com algumas visitas por semana.

A prática já vinha acontecendo em algumas cidades, especialmente após o anúncio de que os Correios pretendem fechar 250 agências até o fim do ano, mas agora foi divulgado um calendário oficial cuja implementação começou este mês e irá até maio de 2019. Serão, inicialmente, 743 cidades atingidas.

O presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (Findect), José Aparecido Gandara, declarou que “as pessoas já estão reclamando muito de demora na distribuição, mas não é por culpa do funcionário. Esse modelo alternado vai prejudicar ainda mais o nosso trabalho, e em alguns locais a

entrega ficará inviável”.

O presidente da empresa, Guilherme Campos, disse que o DDA não será problema porque “as pessoas não precisam mais da frequência diária dos carteiros. Com uma queda expressiva da atividade postal, você (não pode) querer manter o mesmo nível de serviço do passado”, no entanto, entidades de defesa do consumidor já registraram um aumento de queixas em 80% apenas nos dois primeiros meses deste ano.

Para a Fentect, (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares) esse é claramente um processo de desmonte, pois “os Administradores da ECT, encabeçados pelo Presidente Guilherme Campos, tentam encobrir a incompetência de administrar uma Empresa contenciosa como os Correios (...), presente em todos os mais de 5 mil municípios do país, independente do poder aquisitivo, mostrando na prática o compromisso social dos Correios, que é o motivo da sua existência”.



Manifestante foi agredida com cassetete. Servidores são recebidos com violência na Câmara de SP em ato contra PL da Previdência

Durante sessão que poderia decidir sobre a reforma da Previdência de João Dória (PSDB), nesta quarta (14), manifestantes foram recebidos com cassetetes e bombas de efeito moral pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) na Câmara de Vereadores de São Paulo.

Os professores e funcionários da rede municipal estão em estado de greve desde a última sexta-feira (09), contra a proposta do prefeito (PL 621/2016) de subir sua contribuição previdenciária de 11% para 14% e criar uma complementar que varia de 1% a 4%. Além disso, a reforma prevê um teto de R\$ 5000 para aposentadorias, cujos recursos complementares seriam geridos de maneira privada pela Sampaprev.

Os manifestantes, que tinham feito um acampamento na frente da Câmara, tentaram entrar para acompanhar a discussão e a votação, porém a GCM só liberou a entrada de uma parte. Foi dentro da Câmara que houve o confronto entre os manifestantes e a GCM, do qual pelo menos uma pessoa saiu ferida por um golpe de cassetete.

“Nossa bandeira com os vereadores será esta: se aprovarem esse projeto, lembraremos o eleitorado deles, quando se candidatarem agora ou na próxima eleição, do que estão fazendo com os servidores municipais”, disse Valéria, professora da rede municipal há 16 anos.



Protesto durante audiência no TST. Funcionários mantêm estado de greve

“Estamos perdendo para o crime organizado”, diz Fenapef em audiência sobre segurança pública

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luis Antônio Boudens, participou, na terça-feira (13), de uma audiência pública na Câmara dos Deputados que debateu a insegurança dos profissionais na área da segurança pública no Brasil. A audiência reuniu representantes das polícias e de profissionais da segurança pública, que falaram da importância de projetos de lei que instituem adicionais de insalubridade e periculosidade a essas categorias.

Boudens criticou o fato de a segurança pública ainda não ser prioridade do governo. “Estamos sofrendo uma derrota para o crime organizado”, disse, lembrando que a segurança também perde quando profissionais do setor se ausentam por motivos de saúde.

De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e do Fórum



Presidente da Fenapef, Luis Antônio Boudens

Brasileiro de Segurança Pública, mais de 90% dos policiais sofrem de algum nível de estresse em razão do trabalho.

Entre os projetos debatidos estão o PL 5492, de 2016, e o PL 193, de 2015, que preveem adicionais de insalubridade e periculosidade para esses profissionais. O pedido das representações é que o adicional seja transformado em indenização, para que outros profissionais também a recebam. “Os projetos precisam ir mais além.

Precisamos regulamentar por completo o artigo 144, da Constituição Federal.” O artigo traz a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os Bombeiros como responsáveis pela segurança pública. A ideia é que outros profissionais, como guardas municipais e agentes penitenciários, entre outros, sejam acrescentados ao texto da Constituição, defende Boudens.

Justiça do Trabalho proíbe Hydro de demitir em massa sem negociação com sindicato

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região proibiu, na última segunda (12), a pedido de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas (SindQuímicos), que a Hydro Alunorte fizesse uma demissão em massa. A multinacional foi responsável pelo recente desastre ambiental em Barcarena, Pará.

Em decorrência das denúncias e dos crimes ambientais da Hydro, o Ministério Público solicitou, no fim de fevereiro, o embargo da área denominada DRS2 e a redução da produção em 50%.pós anúncio de demis-

são em massa, o Sindicato entrou com uma ação na Justiça do Trabalho, que determinou que a norueguesa não tem o direito de dispensar os funcionários sem um procedimento que siga os requisitos da dispensa ou de negociação coletiva com o sindicato. A Justiça definiu uma multa de R\$ 50 mil por funcionário prejudicado e o retorno dos funcionários demitidos a partir do dia 17 de fevereiro, no prazo de dois dias.

Segundo o SindQuímicos, os funcionários não devem ficar desempregados, uma vez que a culpa é da empresa, que descumpriu normas ambientais. Para Gilvando Santa Brígida, presidente do sindicato, “as demissões em decorrência do embargo decretado pela Justiça seria para penalizar aqueles que não têm nada ver com a ocorrência”.

A liminar diz que “as consequências da chamada dispensa em massa são tão graves que não podem ficar sobre o poder unilateral do empregador. Daí porque constituiu-se entendimento pela necessidade de autorização sindical para promovê-la”.

Presidente da CNTA: trabalhadores não podem pagar com desemprego por irresponsabilidades da BRF

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA) protocolou no Ministério do Trabalho pedido para uma audiência para debater a garantia do emprego dos trabalhadores da BRF, após nova fase da operação Carne Fraca, iniciada na semana passada. “Nós queremos transmitir uma certa tranquilidade a esses trabalhadores”, disse o presidente da CNTA, Artur Bueno de Camargo, que protocolou o ofício na terça-feira, 13, e que agora aguarda o agendamento da reunião com o Ministério.

Bueno afirmou que informou a BRF sobre tal preocupação durante reunião com representantes da companhia na véspera. “Isso é um problema da gestão... os trabalhadores não podem pagar”, afirmou, Artur, que disse estar pedindo a sindicatos e federações que

também trabalhem nas suas regiões sobre a garantia de emprego. “É preciso uma ação conjunta.”

No início do mês, a Polícia Federal chegou a prender temporariamente o ex-presidente da BRF, Pedro Faria, e a Justiça determinou a prisão de outras 10 pessoas em nova fase da operação que investiga irregularidades na análise sanitária de produtos alimentícios.

As exportações nas fábricas da companhia em Rio Verde (GO), Carambei (PR) e Mineiros (GO) foram suspensas para 12 destinos



onde são exigidos requisitos sanitários específicos de controle e tipificação da bactéria Salmonella spp, entre eles África do Sul, Coreia do Sul e União Europeia.

Câmara aprova flexibilização do horário da “A Voz do Brasil”

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (13), o Projeto de Lei (PL) 595/03, que flexibiliza o horário de veiculação do programa de rádio “A Voz do Brasil”. De acordo com o texto aprovado, a transmissão integral do programa deverá ocorrer dentro do intervalo das 19h às 22h, de segunda a sexta-feira.

Pelo texto, ficam estabelecidos 60 minutos ininterruptos de programa, distribuídos da seguinte forma: 25 minutos para o Poder Executivo, 5 minutos para o Poder Judiciário, 10 minutos para o Senado Federal e 20 minutos para a Câmara dos Deputados.

A matéria segue agora para a sanção presidencial. O PL 595 é discutido no Congresso desde 2003 e manterá o atual horário de transmissão para todas as emissoras educativas.

Deputados da oposição tentaram adiar a vo-

tação e barrar a análise do projeto. Contrário à flexibilização, o líder do PSOL, deputado Ivan Valente (RJ), criticou a aprovação da medida. Para ele, a proposta só interessa às empresas de rádio e televisão privadas, já que as educativas continuam sendo obrigadas a transmitir o programa estatal às 19 horas. “Flexibilização é liquidar de vez com A Voz do Brasil”, afirmou.

O programa A Voz do Brasil foi criado há mais de 80 anos, em 1935. Em 1938, passou a ser transmitido obrigatoriamente entre as 19h e às 20h, exceto aos sábados, domingos e feriados, somente com a divulgação dos atos do Poder Executivo. Atualmente o programa, além do Executivo, transmite informações do Poder Judiciário, do Senado e da Câmara dos Deputados. A produção do programa é da Empresa Brasil de Comunicação.

Funcionários do Programa Nuclear entram em greve

Os funcionários da estatal Amazul entraram em greve na última terça-feira (13), após reajuste de 0% proposto pelo governo. A empresa compõe o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da Marinha do Brasil, além do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e do Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

“Além de não fornecer qualquer correção salarial, a proposta não garante para o próximo ano a continuidade dos benefícios existentes hoje”, diz o Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia (SINTPq). O Acordo Coletivo de Trabalho 2018 visa um reajuste de 0% no salário.

A estatal argumenta que é refém da autorização do Governo Federal, mais especificamente do Ministério de Ciência e Tecnologia,

uma vez que a proposta de reajuste depende dessas instâncias. “A empresa está aberta a novas negociações, mas não pode atender às reivindicações salariais sem autorização do governo federal”, disse.

Os trabalhadores lançaram um manifesto que enfatiza a importância de um reajuste digno para suas famílias, uma vez que nos últimos três anos seus salários foram desvalorizados em 11%, e a importância do desenvolvimento do projeto para o Brasil, que integra a restrita lista de 12 países que detém o ciclo completo de enriquecimento de urânio. O manifesto finaliza dizendo que “os trabalhadores da Amazul merecem respeito e não mais se calarão frente aos retrocessos que esse governo e a empresa insistem em oferecer”.

Exército sírio expõe fábrica de armas químicas de terroristas



Caldeira para a produção de substâncias venenosas usadas nos armamentos



Laboratório com reagentes químicos e galões com a matéria-prima tóxica

Professores ingleses mantêm greve em defesa das aposentadorias

Os professores e trabalhadores das universidades inglesas decidiram colocar fim ao acordo envolvendo a reforma das pensões da categoria, firmado na segunda-feira (12), entre o sindicato União de Universidades e Colégios da Inglaterra (UCU, na sigla em inglês) e a organização dos empregadores, a Universidades da Inglaterra (UUK). Após o anúncio do acordo, na terça, a base do sindicato organizou uma ampla manifestação pedindo a demissão da secretária-geral do sindicato, Sally Hunt, e reuniu milhares de professores, com apoio dos trabalhadores e estudantes das universidades nas ruas da sede da UCU, em Londres. Em frente ao sindicato os manifestantes cantavam "Não nos vendam!" e "A greve continua!", enquanto centenas empunhavam cartazes afirmando: "Não ao acordo" e "Sem capitulação".

O acerto basicamente acata as demandas da UUK, e ao invés de barrar os cortes contra as pensões e o fim do piso (pensão fixa), aceitou ampliar a contribuição retirada dos rendimentos dos professores para "cobrir o suposto déficit" anunciado pela UUK, arrojando ainda mais seus salários. Para a professora Claire, da Universidade pública de Londres, o acordo UCU/UUK "é terrível. Não há um ponto a favorável, representa recuo completo em tudo o que reivindicamos" durante a greve. "Já se passaram semanas e no meu próprio local de trabalho ninguém aceita que a greve tenha sido em vão, li o acordo e fiquei chocada. Pagar mais e ainda arcar com o corte de nossas pensões, que não terá piso. Por isso acho que está certo pedir a renúncia de Sally Hunt. Você não pode representar os membros do seu sindicato dessa forma e esperar que eles tenham alguma fé e confiança na sua liderança", acrescentou Claire.

Após a manifestação de terça, Hunt recuou e afirmou, no site do sindicato, que a rejeição ao acordo se fez clara pelos professores, porém segue insistindo que é necessário firmar um acordo o mais rápido o possível. Já a direção da UUK disse estar desapontada com a direção do sindicato, que não foi capaz de sustentar o acordo. A luta contra o fim das pensões da categoria teve

início no dia 22 de fevereiro, quando mais de 64 universidades do país, incluindo Oxford e Cambridge, paralisaram suas atividades, convocando uma greve geral contra as propostas de mudanças que podem reduzir em até 10 mil libras (11,2 mil euros) a pensão de um único professor. Além da redução e do fim de diversos benefícios, o Plano de Aposentadoria Universitária inclui o fim da pensão fixa, tornando o seu valor flexível ao sabor do mercado e da especulação com os fundos de pensões.

Além do ataque às aposentadorias, o acordo aponta na direção geral de "marketização do ensino", como denunciam estudantes ingleses. Junto com estas propostas, há a de permitir o aumento do teto permitido para a cobrança de anuidades dos alunos, ao invés de investimento nas escolas públicas o que, segundo manifestantes, vai aumentar o fosso nas condições de prestação de serviço educacional entre as Universidades que atendem aos mais abastados e as situadas nas regiões mais pobres do país.

Zyuganov, líder do PC da Federação Russa, conclama o povo a votar em Pavel Grudinin

Na véspera das eleições presidenciais na Rússia, que serão realizadas no dia 18 de março, Guennady Zyuganov, líder do Partido Comunista da Federação Russa e coordenador da campanha eleitoral, divulgou uma mensagem convocando a votar pelo candidato Pavel Grudinin, que além do apoio do PCFR tem a seu lado o movimento Frente de Esquerda, as Forças Patrióticas Nacionais da Rússia, entidade que congrega dezenas de organizações sociais, e por muitas personalidades políticas, sociais e culturais. Publicamos os melhores trechos.

Mensagem aos cidadãos russos: Meus compatriotas! Camaradas e amigos!

Por mais de vinte anos nos alimentamos com contos de uma "nova" Rússia. Esse é um tempo enorme. Durante o mesmo período, os bolcheviques conseguiram criar a URSS, derrotar o analfabetismo, construir uma indústria poderosa e uma ciência de excelência, além de nos preparar para derrotar o fascismo.

Com que bagagem o atual governo veio para a eleição? Com quase metade dos russos abaixo da linha da pobreza. Com a quebra da economia nacional e a turbulência na alma. Não se encontra trabalho. O hospital e a escola não são acessíveis para os trabalhadores. Nós não só criticamos, mas também propomos, defendemos nosso próprio caminho. O caminho do desenvolvimento, o caminho da criação, o caminho do socialismo,

o caminho da produção nacional. Juntamente com o bloco das Forças de Esquerda e Patrióticas Nacionais, o PCFR apresentou o candidato presidencial Pavel Nikolayevich Grudinin, que não desistiu de sua cooperativa, o Sovkhoz que ostenta o nome de Lenin, não a vendeu tijolo por tijolo como fizeram muitos com o fim da União Soviética. Seu coletivo, na contramão do sistema que se instaurou, foi capaz de criar uma cidade de otimismo social, um lugar onde se pode viver com dignidade, trabalhar e descansar. Nós propomos utilizar essa experiência única entre as empresas nacionais para benefício de todo o país.

Há candidatos avulsos, que não têm nenhum partido, nenhuma experiência, nenhuma autoridade, que participam nas eleições para tirar votos de cidadãos desenganados e desacreditar as eleições. Os debates se transformaram em shows com escândalos de baixo calão, grosseria e xingamentos. E isso num contexto de uma crise econômica perigosa, com duras sanções e sob ameaças militares que exigem uma coesão especial da sociedade. Oligarcas, rusefóbicos e anti-soviéticos contrataram palhaços políticos para desencorajar nas pessoas o desejo de participar conscientemente nas eleições.

Não há nem mesmo uma pitada de condições equitativas de luta. Contra Pavel Grudinin foi declarada uma verdadeira guerra, uma campanha desenfreada de mentiras e calúnias.

Em missão de libertação na região de Guta, força síria localizou o prédio de dois andares na aldeia de al-Shefunieh, tomada ao bando Tahrir Al Shams

Durante o avanço das forças sírias para a libertação da região de Guta Oriental, uma unidade do Exército Sírio descobriu, no dia 13, uma fábrica que os terroristas usavam para manufaturar produtos químicos tóxicos a serem utilizados em armamentos.

A informação foi transmitida à agência síria de notícias, SANA. Os militares fotografaram retratos da caldeira, com dispositivos de medição de pressão, foto de um laboratório com tubos de ensaio, aparelhos de mixagem de produtos, de aquecimento, além de materiais diversos, e galões com a matéria-prima usada nesta finalidade.

A localidade onde foi encontrada a fábrica, um prédio de dois andares e um porão, é a aldeia de al-Shefunieh, que até o dia 13 estava nas mãos de integrantes do bando Jaish Al Islam, braço da Al Qaeda que invadiu a Síria, o que foi comprovado com a localização de cartas e livros de origem saudita.

Segundo papéis com instruções e rótulos nos produtos encontrados, há aqueles que são de "origem saudita" enquanto que as máscaras utilizadas na proteção dos operadores "são de origem ocidental".

Este é o segundo laboratório localizado pelas forças sírias que avançam na região de Guta. No dia 12, o coronel Feruz Ibrahim, no comando de uma das colunas que avançam na região, denunciou que sua tropa localizou um laboratório para o fabrico de armas químicas na aldeia liberada no mesmo dia, a de Aftrih.

Achados que comprovam as denúncias, como as já expressas pelo representante permanente da Síria na ONU, Al Jaffari, de que o governo sírio está de posse de informações de que as hordas terroristas estão instruídas a simular ataques com armas químicas na região para colocar a culpa no governo sírio e justificar uma intervenção estrangeira em socorro aos terroristas que estão com os dias contados no último bolsão sob controle adverso próximo à capital do país.

No dia 12, o vice-ministro do Exterior da Síria, Faisal Mekdad, afirmou que a Síria "está pronta a acompanhar qualquer investigação sobre ataques químicos no país, mas as organizações internacionais

negam-se a cooperar e a participar de pesquisa no local".

O secretário de Defesa dos EUA, Jim Mattis, conhecido pelo apelido de Mad Dog, já expressou ameaças, ao afirmar que "seria muito pouco inteligente" da parte das forças governamentais sírias o uso de "armas com gás".

Evidente que não haveria nada de inteligente da parte dos sírios ou russos fornecerem pretexto para qualquer tipo de intervenção norte-americana cujo único fito é socorrer os terroristas em seu insano serviço de desestabilizar e dividir a Síria.

O chefe de Estado Maior, russo, general Valery Gerasimov, alertou, em resposta imediata, que se vidas de russos, em serviço, forem colocadas em risco, seu país responderá. "Há muitos representantes russos no Centro de Conciliação de Lados Opostos e outros russos a serviço em Damasco e atendendo em plantas de defesa sírias", acrescentou Gerasimov.

"Em qualquer caso, se pessoal militar russo sofrer riscos, as Forças Armadas Russas, vão responder na medida certa tanto aos mísseis quanto aos lançadores dos projéteis", advertiu.

O avanço das forças sírias, além de liberar diversas das aldeias sob ocupação na região, conseguiu permitir a entrada com segurança de comboios humanitários, levando medicamentos e alimentos, como também possibilitou a criação de vias de saída para os que quiserem escapar das mãos dos terroristas.

Moradores que escaparam (cerca de 150 até o dia 14) já começaram a relatar histórias sobre o sofrimento que lhes foi imposto pelos ocupantes de Guta, durante o longo período em que os bandos mandaram na região. Uma das mulheres agora em abrigo instalado especialmente para receber os que saem do sufoco, relata: "Sabíamos que eles não iam distribuir os produtos entregues pelos comboios. Eles sequestravam os produtos que eram para ser distribuídos gratuitamente e cobravam um alto preço por eles".

Um senhor de 60 anos informou: "No meu caso", declarou, "a dor que cheguei a sentir era tanta que eu queria morrer. Eu não tinha dinheiro para comprar os remédios nas mãos deles".

NATHANIEL BRAIA

Inglaterra já forneceu US\$ 8,3 bilhões em armas à agressão criminosa saudita no Iêmen

Centenas de ingleses repudiaram o encontro da primeira-ministra inglesa, Theresa May, com o príncipe e herdeiro saudita, Mohammad bin Salman, na semana passada. Os manifestantes denunciaram que, mesmo com o Iêmen enfrentando a maior crise humanitária da atualidade, o governo inglês não apenas segue indiferente, como continua despachando bilhões em armas para o governo saudita, que bombardeia criminosamente onstantemente a população.

A chegada do monarca a Londres foi recebida por diversos manifestantes, que portavam cartazes denunciando os crimes sauditas. "Parem a tortura no Iêmen", afirmava um dos cartazes. Outro lembrava que "a Inglaterra não deveria dar boa vindas a criminosos de guerra" ou a "assassinos".

O genocídio contra o povo iemenita chegou a ser denunciado em um relatório da ONU, datado de janeiro, que esboçava críticas aos sauditas pelo aumento das mortes de civis e, em particular, a morte de crianças. O documento afirmava que os esforços para evitar danos aos civis "permanecem ineficazes".

Com o agravamento da crise humanitária, em grande parte pela destruição da infraestrutura do país, a fome se alastrou, sem possibilidade de resolução, já que o bloqueio imposto aos portos iemenitas pelos sauditas impede as importações de comida – a necessidade de importação é de 80% do consumo de alimentos. Com a precariedade em saneamento e higiene, doenças já extintas se alastraram rapidamente, a exemplo da cólera, que infectou mais de 400 mil pessoas, das quais, 1.900 morreram.

Esta foi a primeira vez que Salman visitou oficialmente o

ocidente, a data coincidiu com o aniversário de três anos da guerra contra o povo iemenita, que tem resistido à agressão imposta pelos sauditas, sob a direção dos EUA e com o apoio da Inglaterra. A participação inglesa nos crimes de lesa-humanidade ao sul da Península Arábica foi assumida pelo então ministro das relações exteriores inglês, Philip Hammond, que no começo da agressão se comprometeu apóia-la "de todas as maneiras práticas".

Desde então, a Inglaterra forneceu ao governo saudita US\$ 8,3 bilhões em equipamentos militares, e enviou 166 militares, incluindo vários de seus oficiais, para fornecer treinamento aos militares sauditas. A Inglaterra também se comprometeu em acobertar os crimes de guerra perpetrados contra o Iêmen, e para isso utilizou sua posição no Conselho de Segurança da ONU para barrar diversas investigações.

O povo estadunidense também tem feito pressão contra a participação norte-americana na guerra. Um movimento acusa o governo dos EUA como responsável pela "maior crise humanitária do mundo" e conclama os eleitores a contatarem diretamente os senadores pedindo-lhes que votem para "parar com as hostilidades e pela retirada de elementos das forças dos EUA da República do Iêmen".

A invasão ao Iêmen teve início em março de 2015, após a fuga do presidente fantecho pró-EUA, Abd Rabbu Mansur al Hadi, que para fugir da revolta popular que se deu na capital iemenita, Sanaa, se refugiou na capital da Arábia Saudita, Riad. De acordo com a ONU, apenas em 2017, o número de civis mortos superou a casa dos 10 mil. Já os feridos, foram mais de 40 mil.

GABRIEL CRUZ



Candidato Petro: 'falta lisura nas eleições'

Retrocesso de Uribe e avanço da oposição dão alento ao Acordo de Paz na Colômbia

Principal elemento linha dura contra as negociações de paz na Colômbia, Alvaro Uribe, do Centro Democrático, foi o grande derrotado das eleições parlamentares de domingo, passando de mais de dois milhões de votos para cerca de 800 mil. Dos 102 senadores atuais, 27 perderam suas cadeiras, entre eles expoentes da ultradireita como José Obdulio Gaviria, primo de Pablo Escobar.

Ainda que o novo Congresso mantenha a maioria de direita, a renovação ocorrida dá um alento à defesa do Acordo de Paz entre o governo e as FARC (ex-Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, atualmente Força Alternativa Revolucionária do Comum). Com palavras de diálogo e respeito à negociação com as FARC - que tem garantidos pelo acordo cinco deputados e cinco senadores - o Câmbio Radical, do presidente Juan Manuel Santos, ganhou sete novos lugares no Senado.

O eleitorado também sinalizou o caminho da negociação pelos mais de 3,3 milhões de votos recebidos pelo ex-prefeito de Bogotá, Gustavo Petro, do Movimento Colômbia Humano, de oposição, nas prévias às eleições presidenciais de maio.

PARAMILITARES

São conhecidas as conexões do uribismo com o fascismo paramilitar; sua trajetória de milhares de execuções extrajudiciais, sumárias, via "falsos positivos" e outras múltiplas e bárbaras violações aos direitos humanos ocorridas durante os seus mandatos como presidente, governador de Antioquia e prefeito de Medellín.

A queda do uribismo, conforme o jornal argentino Página 12, teria relação direta com a enxurrada de processos judiciais e acusações que vem acumulando por vínculos seus e de sua família com clãs mafiosos e grupos paramilitares. Entre as senadoras que foram beneficiadas com os rios de sangue - e perderam nas urnas - está Sofia Gaviria, cuja família é acusada pela "compra" de terras nas costas de Urabá após as "incursões" paramilitares que faziam os antigos proprietários desaparecer.

À esquerda, a recente criada lista da Decência conseguiu eleger quatro candidatos, entre eles o ator Gustavo Bolívar Moreno, com 116.505 votos, e ao mesmo tempo assegurar um lugar para a União Patriótica (partido vítima de genocídio que renasceu há um ano) com Aida Avella. O Partido Verde passou de cinco para 10 cadeiras e o opositorista Polo Democrático conseguiu manter suas cinco vagas.

De acordo com a Missão de Observação da OEA estas foram as eleições mais tranquilas da história da Colômbia, que terão 10 parlamentares das FARC agora no Capitólio: cinco na Câmara e cinco no Senado. Embora o cenário eleitoral tenha sido pouco expressivo, uma vez que não alcançaram 100 mil votos, dirigentes do partido como Israel Zúñiga (Benkos) valorizam os passos dados. "A votação corresponde às condições adversas em que realizamos a campanha, em clara desvantagem e rodeados por um ambiente hostil, chegando ao cúmulo de termos notícias de mais de 400 mil votos nulos sem a possibilidade de recontagem, já que não nos permitiram fazê-la", denunciou. A partir destes resultados, frisou Benkos, "nosso partido centrará sua atuação em afiançar a implementação do Acordo de Paz e buscar a melhoria das condições de vida do povo colombiano".

Panamá: moradores tomam as ruas de Colón contra paralisação de obras

Ao final de uma marcha pacífica em meio a uma greve de alerta sobre o estado de caos, miséria e insegurança na cidade de Colón - um estratégico ponto portuário e comercial do Panamá -, estouraram distúrbios nas ruas e enfrentamentos com a polícia, na terça-feira, 13. A jornada deixou um saldo de 39 pessoas detidas e cinco feridas.

Convocada pelo movimento social e sindical Frente Ampla Colonense (FAC), a marcha começou cedo na manhã de terça e terminou ao meio-dia. Transcorreu em calma a manifestação que exigia mais oportunidades de trabalho, investimentos e a conclusão das obras da renovação do Centro Antigo de Colón o mais rápido possível, pois as obras se arrastam há meses. O atraso afeta a atividade comercial e a saúde dos residentes da segunda cidade do país onde fica o porto de entrada ao Canal de Panamá pelo oceano Atlântico.

No entanto, já com a marcha concluída, grupos de encapuzados se enfrentaram com a polícia lançando pedras e objetos contundentes, teve, como resposta, a rápida intervenção dos agentes de segurança, que empregaram até armas de fogo. Segundo os organizadores da manifestação esses grupos

eram provocadores que estavam a serviço de setores dentro do próprio governo que tentam desmobilizar a população, fabricando pretextos baixar a repressão.

Por várias horas se produziram saques a comércios e enfrentamentos em distintas ruas da cidade castigada pela pobreza e violência, apesar de ser a entrada do Canal de Panamá pelo Caribe e de abrigar uma das zonas francas mais importantes do mundo.

Edgardo Voitier, um dos dirigentes da FAC, anunciou que a greve se estenderia até a quinta-feira porque o presidente Juan Carlos Varela "não chamou" para dialogar sobre a situação em Colón, e os trabalhadores da região não vão se intimidar diante dos provocadores e a repressão.

O plano que o governo de Varela mantém quase parado inclui a construção de 5.000 apartamentos, quadras esportivas, parques, melhora da rede de esgoto, cabeamento e fiação subterrânea, calçadas, escolas e a reconstrução de prédios históricos.

Na quarta-feira o transporte público parou e os comércios não abriram suas portas, embora a atividade na zona livre e nos grandes portos da província, entre eles o de entrada ao Canal de Panamá pelo atlântico, foi normal.

Stephen Hawking: cientista e humanista a inspirar gerações

O famoso cientista britânico Stephen Hawking morreu na madrugada da quarta-feira, aos 76 anos, na sua casa em Cambridge. Em um comunicado, seus filhos Lucy, Robert e Tim declaram estar “profundamente tristes” pela partida de seu “amado pai”, “grande cientista e homem extraordinário, cujo trabalho e legado vão perdurar por muitos anos”. “Sua coragem e persistência, junto com seu brilho e humor, inspiraram pessoas em todo o mundo. Sentiremos sua falta para sempre”, sublinharam.

Hawking sempre se manifestou publicamente contra a política belicista dos EUA e da Inglaterra, participando de manifestações em favor da soberania dos povos do Vietnã e do Iraque. Contra os governos de Bush e Blair, numa manifestação em novembro de 2004, em Londres, denunciava: “Cerca de 100 mil pessoas já morreram, a metade delas mulheres e crianças. Se isso não é um crime de guerra, o que é?” As tropas comandadas pelos EUA só se retiraram do Iraque em dezembro de 2011, deixando um rastro de centenas de milhares de mortos.

No mesmo sentido assumiu posição contra a ocupação dos territórios palestinos por Israel, cuja política sionista criticou abertamente. Após o bombardeio de Gaza, em 2009, participou ativamente da campanha de boicote acadêmico a Israel e, em 2013, entre outras manifestações públicas, se negou a participar de uma conferência universitária em Telavive. “A política do governo israelense conduz ao desastre”, alertou na ocasião.

Via na injusta concentração da economia e de poder do sistema capitalista o motor da crescente desigualdade: “os donos das máquinas se posicionarão como a burguesia de uma nova era, na qual suas corporações não proverão de postos de trabalho as pessoas”. “Se as máquinas produzem tudo o que necessitamos, o resultado dependerá de como se distribuem as coisas. Todo mundo poderá desfrutar de uma vida de luxo, ociosa, se a riqueza produzida pelas máquinas é compartilhada, ou a maioria das pessoas pode acabar miseravelmente pobre se os proprietários das máquinas pressionam com êxito contra a redistribuição da riqueza”, frisou.

Nasceu no dia 8 de janeiro de 1942 em Oxford (Inglaterra), onde se graduou na universidade em 1962. Em 1963 lhe diagnosticaram esclerose lateral amiotrófica (ELA) e os doutores lhe deram somente dois anos de vida. Apesar disso, conseguiu obter seu doutorado em Física na Universidade de Cambridge em 1966, convertendo-se em um dos físicos teóricos mais brilhantes desde Albert Einstein, além de astrofísico, cosmólogo e divulgador científico.

Sua esclerose rara o tinha completamente paralisado, fazendo com que para se comunicar necessitasse utilizar um sintetizador de voz que construía palavras através da contração voluntária de uma de suas faces, enquanto que sua cadeira de rodas era controlada por um comando que manejava através de leves movimentos dos olhos e da cabeça.

LEONARDO SEVERO



Hawking em Ato contra a guerra do Vietnã

Produção industrial chinesa cresce 7,2% no 1º bimestre

A produção industrial da China cresceu 7,2% durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018 se comparado com o mesmo período de 2017. O dado integra um resumo dos resultados econômicos do país, para a indústria, e foi apresentado na quarta-feira (14) pelo Departamento Nacional de Estatística da China, sob o título: “Um bom começo para a economia nacional nos primeiros dois meses”.

O índice mede o valor agregado pela indústria no período, e também representa um salto na comparação mês a mês já que em dezembro a produção industrial apresentou aumento de 6,2%. O resumo dos dados econômicos chineses vai na contramão das estatísticas apresentadas pelos países centrais, a exemplo dos EUA, que em janeiro de 2018 obteve crescimento de 3,6% em sua produção industrial em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O boletim apresenta resultados significativos não só para a

produção industrial, mas também no que diz respeito a investimento em ativos fixos (máquinas e equipamentos), vendas no varejo e exportações.

O investimento em ativos fixos, não-rurais, apresentou crescimento de 7,9% para o período em comparação com 2017, que na ocasião foi de 7,2%. Quanto às exportações, estas aumentaram 16,7% em comparação com janeiro e fevereiro de 2017. Já as vendas no varejo cresceram 9,7% no período.

Atualmente a China apresenta uma das maiores taxas de investimento (formação bruta de capital fixo - FBCF) do mundo, constituindo o maior volume de investimento em todo o planeta. Por exemplo, para o ano de 2016, de acordo com o Banco Mundial, o investimento chinês representou 42,85% do PIB, totalizando US\$ 4,7 trilhões. A taxa de investimento dos EUA, para níveis de comparação, equivale a 20% do PIB, totalizando US\$ 3,6 trilhões.

Trump escolhe “ficha suja” da tortura para chefiar CIA



Entidades de Direitos Humanos: “Gina Haspel deve ser processada, não promovida”

Casa Branca veta a venda da Qualcomm para estrangeiros

A Casa Branca emitiu uma ordem na segunda-feira proibindo a venda da Qualcomm - principal produtora de chips para smartphones - a empresas de capital estrangeiro. O negócio envolveria US\$ 146 bilhões e seria a maior transação da história do setor de tecnologia. Conforme informações do Wall Street Journal, desconfiado de que por trás de tudo estariam os chineses, Trump decidiu comunicar à Broadcom, de origem em Cingapura, que desistisse da aquisição.

“Há provas que me levam a acreditar que ao adquirir a Qualcomm, a Broadcom pode tomar medidas que ameçam prejudicar a segurança na-

cional dos Estados Unidos”, declarou Trump, que emitiu uma ordem presidencial vetando o negócio. Da mesma forma que com a Qualcomm, “está proibida qualquer fusão ou aquisição substancialmente equivalente”.

COMITÊ DE INVESTIMENTO

A proposta vinha sendo estudada pelo Comitê de Investimento Estrangeiro dos EUA, agência vinculada ao Departamento do Tesouro e que analisa as implicações das aquisições de empresas norte-americanas por multinacionais. Esta é a quinta vez que um presidente estadunidense impede uma transação empresarial com base nas objeções

levantadas pela agência e a segunda operação bloqueada por Trump.

Os militares dos EUA também teriam manifestado receio de que se o negócio com a Broadcom fosse concluído, em 10 anos haveria fundamentalmente uma empresa dominante nestas tecnologias e “as operadoras norte-americanas não teriam escolha de quem comprar os equipamentos”.

Enquanto no Estados Unidos o governo defende até sua indústria de microprocessadores para telefones, no Brasil o próprio governo escala ministros para tramarem a entrega do controle da Embraer - fabricante de aviões - à norte-americana Boeing.

A notória Gina Haspel comandou uma prisão secreta da CIA na Tailândia em 2002 e, posteriormente, destruiu vídeos da tortura, isto é, as evidências do seu crime

O presidente dos EUA Donald Trump, após trocar na secretaria de Estado Rex Tillerson pelo até então diretor da CIA, Mike Pompeo, escolheu para chefiar a agência de espionagem e assassinos norte-americana sua atual vice-diretora, Gina Haspel, apontada por sites progressistas como a “rainha da tortura”, por comandar uma prisão secreta na Tailândia em 2002 e, posteriormente, por ter destruído os vídeos da tortura, isto é, as evidências do seu crime.

Para Trump, tratou-se de um “marco histórico” - afinal, pela primeira vez, será uma psicopata do gênero feminino, e não do gênero masculino, que dirigirá a CIA. É Trump dando vazão ao seu lado “feminista”. Haspel comete crimes na CIA há mais de 30 anos.

A principal entidade de defesa das liberdades civis dos EUA, a ACLU exigiu que a CIA “desclassifique e libere todos os aspectos do registro de tortura por Haspel” antes que sua nomeação entre em efeito. O conceituado Centro de Direitos Constitucionais advertiu que “Gina Haspel deve ser processada e não promovida”.

“OLHO DE GATO”

Foi Haspel que chefiou a chamada prisão secreta Cat’s Eye (Olho do Gato) da CIA na Tailândia, o primeiro das dezenas de “buracos negros” em que a Agência cometeu tortura em larga escala no mundo inteira sob W. Bush após o 11 de Setembro. Sabe-se que ela ordenou e supervisionou os “interrogatórios” de acusados sequestrados pela CIA e transferidos ilegalmente para lá, os mais notórios deles Abu Zubaydan e Abdel al Nashiri.

Só Zubaydan foi submetido a “waterboarding” (afogamento) 83 vezes em um mês, foi espancado inúmeras vezes, impedido de dormir por dias a fio e, sob custódia de Haspel, perdeu o olho esquerdo. Num dos “interrogatórios”, chegou a ser dado como morto. Os dois continuam até hoje no campo de concentração de Guantánamo.

Os registros sigilosos da brutalização a que os dois foram submetidos no buraco dirigido por Haspel em 2002 vieram à luz no ano passado, em decorrência de uma ação sob a lei de liberdade de informação impetrada pela ACLU contra a CIA.

De 2003 a 2005, Haspel esteve a par do alcance da tortura cometida pela CIA, na qualidade de chefe de gabinete do diretor de operações encobertas, José Rodríguez. Foram Rodríguez e Haspel que deram a ordem ilegal em 2005 de destruir os vídeos da tortura de Zubaydah e al Nashiri, conforme a Human Rights Watch - questão que gerou grandes debates no Congresso. O



Simulação da prática de “afogamento”

“programa” de tortura supliciou 119 presos, e incluía ainda coisas como “alimentação retal forçada”.

Se havia alguma substância na acusação de que Zubaydah e al Nashiri teriam sido, respectivamente, o cabeça do ataque ao navio de guerra Dole e o ‘primeiro alto membro da Al Qaeda capturado’, jamais se saberá, já que sob tamanhas barbaridades, presos acabam por “confessar” qualquer coisa para interromper o suplício.

Um psicólogo que teve acesso a al Nashiri o descreveu como “uma das vítimas de tortura mais danificadas que já examinara”. Há nove anos atrás, um dos advogados de Zubaydah afirmou que ele “tem dano cerebral permanente e sofre de dores de cabeça devastadoras”. “O menor ruído o deixa quase insano”, acrescentou, denunciando ainda que ele sofreu nos últimos dois anos cerca de “200 convulsões”, sua memória está se desvanecendo e já não lembra o rosto da mãe ou o nome do pai.

“NAS SOMBRAS”

Em 2013, Haspel chegou a chefiar por algumas semanas o Serviço Clandestino da CIA, mas acabou por ser afastada por alguém que percebeu que, dado o escândalo da tortura, era melhor deixá-la menos visível. Agora, a democrata Dianne Feinstein, ex-presidente do Comitê de Inteligência do Senado e da investigação sobre o programa tortura da CIA, diz que Haspel “foi uma boa vice-diretora e parece ter a confiança da Agência”.

Apesar de a investigação de 6 mil páginas do Congresso de 2014, das quais apenas um resumo veio a público, ter revelado toda a sordidez e insanidade do programa de ‘Rendição, Detenção e Interrogatório’ em que Haspel teve um papel chave, e cuja premissa era que as Convenções anti-Tortura de Genebra não se aplicavam aos sequestrados pela CIA. Glamourizada por séries e filmes como “24 Horas, Homeland e A Hora Mais Escura”, a tortura passou a fazer parte do imaginário americano. Sob Obama, foi empurrada oficialmente para debaixo do tapete e ninguém foi punido - exceto quem a denunciou, como o ex-agente John Kiriakou.

ANTONIO PIMENTA

A MÁ GESTÃO DO NOSSO PAÍS TEM SOLUÇÃO?

O SINTERGS RESPONDE: SIM.

*A má gestão do País, com a qual só quem ganha é o mercado financeiro, precisa imediatamente de um fim. As propostas defendidas pelo SINTERGS apontam soluções para esse cenário de crise através do **combate aos desvios de dinheiro, do fim dos cabides de emprego e de uma auditoria da dívida pública, bandeiras históricas do SINTERGS.***

A perda de direitos dos trabalhadores com a reforma trabalhista, já aprovada, e a reforma da previdência do Governo Temer são uma verdadeira humilhação. Ter a humildade de aceitar boas propostas é fundamental para fazer nosso País sair desta crise de uma vez por todas.

NOSSO PAÍS NÃO PODE MAIS FICAR NESTA SITUAÇÃO. OS TRABALHADORES NÃO SÃO OS CULPADOS.

Não há solução sem diálogo efetivo. Presidente, senadores e deputados, deem ouvidos a quem sabe.



www.sintergs.org.br - [facebook.com/sintergs](https://www.facebook.com/sintergs)

BOA POLÍTICA TEM NOME.

Um ensaio: A mulher negra na pintura brasileira no início do século XX - (2)

Continuação da edição anterior

Mesmo sem um levantamento rigoroso, os quadros mais conhecidos permitem perceber a preocupação sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. As opções são pessimistas: desaparecer pela miscigenação, permanecer reclusa na periferia e morros, ou aprisionar-se na cozinha, trabalhando sempre. O alienar-se da negra de Armando Vianna é, de certa forma, a conscientização desse processo

MARALIZ DE CASTRO VIEIRA CHRISTO

O quadro de Modesto Brocos foi reproduzido na abertura do ensaio apresentado pelo diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacerda, no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em julho de 1911, acompanhado pela legenda "Le nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l'effet du croisement des races". **Redenção de Cã** configurar-se-ia, portanto, como demonstrativo de uma tese, mais do que interrogação sobre as condições de incorporação da mulher negra na sociedade brasileira. Rafael Cardoso levanta a hipótese de o quadro ter sido interpretado à sua época como progressista, expressão de um saber científico, ilustração didática de uma aspiração comum. O depoimento do próprio artista sobre a recepção de sua obra reforça essa hipótese:

Foi um sucesso! Bilac escreveu uma engenhosa crítica sobre a maldição de Noé, que meu quadro desvalorizava; inspirou a Coelho Neto uma composição sobre o navio fantasma - os alunos ofereceram-me uma palheta e os jornais desfizeram-se em elogios. Tudo isso foi obra dos meus amigos, principalmente de Bernardelli - o júri influido, concedeu-me a primeira medalha.

O italiano Antonio Ferrigno (1863 - 1940), em sua estada no Brasil, entre 1893 e 1905, tornou-se conhecido por pintar fazendas de café. Neste período, representou em pequenos quadros jovens negras, a exemplo de: **O galanteio**, apresentando uma bela mulher, carregando um cesto e uma galinha, aparentemente retornando das compras, interrompida por um homem branco; **Nativa, Fazenda Santa Gertrudes - Araras, SP**, onde a mesma personagem posa segurando uma ovelhinha ao colo contra um bananal; **Monjolo, Fazenda Vitória - Botucatu, SP**, abordando o trabalho de mulheres carregando cestos; e, finalmente, **Mulata quitandeira**, pintado em maior formato, adquirido pelo Estado em 1902. Este último representa uma negra sentada displicentemente no chão à entrada de um casebre, onde vende ervas numa bandeja depositada sobre a soleira da porta. Aqui toda a noção de progresso é questionável. A emancipação não trouxe a prosperidade, a negra parece sucumbir inerte ao peso de uma realidade imutável.

Lucílio de Albuquerque (1877 - 1939) expôs **Mãe Preta** no salão de 1912, onde obteve a Pequena Medalha de Ouro com a obra **Despertar de Ícaro**. A tela representa uma mulher negra, igualmente sentada sobre o chão, amamentando uma criança branca, enquanto olha o próprio filho posto de lado. Há docilidade e ternura na cena, criando no espectador uma ligação afetiva com a mãe que amamenta, internalizando,



contudo, um silencioso mal estar. O artista dedicou à tela três ou quatro estudos. Assim como Ferrigno, Lucílio opta por representar a negra em seu próprio ambiente paupérrimo, sem nenhum otimismo quanto ao futuro.

No salão de 1913, o italiano Gustavo Dall'Ara (1865 - 1923) expôs algumas telas sobre o Morro da Favela: **Subindo o morro, Ronda à favela**, e **Tarefa pesada**, com a qual conquistou a Grande Medalha de Prata. Artista preocupado em retratar a vida urbana em seus detalhes corriqueiros, tanto pintou as movimentadas ruas principais do Rio de Janeiro, quanto os morros que começavam a se povoar, com os excluídos do progresso. **Tarefa pesada** representa mulheres negras ou mulatas carregando água para a lavagem de roupas, na vizinhança de um barraco. Embora todas estejam dedicando-se à tarefa, nos identificamos com a de primeiro plano a levar, cabisbaixa, pesada lata d'água, que lhe estende o braço esquerdo. Somos espectadores ausentes da cena, não convidados a nela intervir.

As obras aqui apresentadas, plenamente aceitas pelo chamado mundo oficial das artes, representam a mulher negra como trabalhadora pobre, apartada dos confortos da vida urbana, ensimesmada e triste, refletindo muito concretamente sua condição social.

Neste contexto situamos o quadro de Armando Vianna, **Limpendo metais**. O artista foi capaz de identificar no histórico das premiações do Salão da ENBA abertura suficiente para a temática, apresentando pequenas inovações.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM

O pintor insere a mulher negra como trabalhadora doméstica no interior de uma casa de família, modificando o antigo eixo que a vinculava à natureza, continuidade de sua pobre habitação. Ela ocupa quase a metade vertical da tela, entretanto, sua figura surge deslocada, impressada entre uma mesa repleta de objetos e o armário ao fundo. Ao mostrar com virtuosismo cristais e metais sobre a mesa, em primeiro plano, o pintor faz o observador titubear entre o seu brilho e os reflexos do vidro do armário. É neste percurso que o olhar reconhece a empregada negra sem fixar-se em sua face. A cor da pele privada de reflexos não permite seu destaque rápido no quadro, embora a



Surpreende a semelhança entre o quadro de Armando Vianna, **Limpendo Metais** (à esquerda), e a tela **Jennie**, da artista afro-americana Lois Mailou Jones (1905-1998) (à esquerda), pintada nos anos de 1940. **Jennie** representa uma jovem negra limpando peixe, também impressada entre uma mesa e um armário. A tela foi uma das primeiras experiências da artista na tentativa de aproximar-se de temas ligados à representação de negros. Nela Lois Mailou Jones buscou, através da gravidade com a qual a jovem dedica-se à sua tarefa, revestir de dignidade o trabalho servil, como a própria pintora declarou. A negra americana ainda que possua a identidade de um nome próprio, não exterioriza seus sentimentos. Embora presa ao anonimato, a negra brasileira ergue o rosto, desprendendo-se do trabalho para pensar, talvez, sobre seu destino



Mãe Preta, de Lucílio de Albuquerque. Há docilidade e ternura na cena, criando no espectador uma ligação afetiva com a mãe que amamenta, internalizando, contudo, um silencioso mal estar

roupa esteja iluminada e o rosto se situe no encontro de duas diagonais.

A aproximação com outros quadros permite compreender mais precisamente as intenções do artista na construção de sua imagem.

Armando situa o personagem quase frontal ao observador, revelando-lhe a face. O pintor francês Henry Caro-Delvaile (1876-1928) em **La jeune servante** (c.

1900-1910) explora os mesmos elementos, uma empregada doméstica a cuidar de cristais, entretanto toma o partido contrário, mostrando-a em primeiro plano, de costas, transformada numa bela, desejável mas anônima silhueta. A empregada branca está ali apenas para executar o serviço.

Surpreende a semelhança entre o quadro de Armando Vianna e a tela **Jennie**, da

artista afro-americana Lois Mailou Jones (1905-1998), pintada nos anos de 1940. **Jennie** representa uma jovem negra limpando peixe, também impressada entre uma mesa e um armário. A tela foi uma das primeiras experiências da artista na tentativa de aproximar-se de temas ligados à representação de negros. Nela Lois Mailou Jones buscou, através da gravidade com a

qual a jovem dedica-se à sua tarefa, revestir de dignidade o trabalho servil, como a própria pintora declarou. A negra americana ainda que possua a identidade de um nome próprio, não exterioriza seus sentimentos. Embora presa ao anonimato, a negra brasileira ergue o rosto, desprendendo-se do trabalho para pensar, talvez, sobre seu destino.

Continua na próxima edição